

CÂMARA Porto de Mós

Prestação de Contas

Ano 2013

PRESENTE A REUNIÃO
DE
20/4/2014
DELIBERAÇÃO

Deliberando aprovar e subscrever o parecer da Assembleia
Municipal, com a abstenção dos Vereadores do P.S.D.,
devido ao presente do caso, declara o voto que faz parte
integrante do ato aqui e de por diante



[Handwritten signature in blue ink]

[Handwritten signature in blue ink]
H. M. C.

[Handwritten signature in blue ink]
CT. 11

INDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL.....	2
I - O MUNICIPIO DE PORTO DE MÓS	3
1 - Estrutura Organizacional.....	3
II - RELATÓRIO E CONTAS DE 2013.....	6
III - RELATÓRIO DE GESTÃO	6
1 - Objetivos do Relatório de Gestão.....	6
2 - Análise da Execução Orçamental.....	7
3 - Recursos Humanos	18
4 - Apoio Social	23
5 - Análise da Dívida de Curto, Médio e Longo Prazo	24
6 - Prazo Médio de Pagamentos, em Dias	26
7 - Endividamento Municipal	26
8 – Execução das GOP’S e do Plano.....	28
9 – Análise da Situação Económica e Financeira.....	31
10 – Contabilidade de Custos	42
11 – Proposta de Aplicação de Resultados.....	53
IV - MAPAS ANEXOS AO RELATÓRIO DE GESTÃO	54




1

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL

Caros Munícipes do Concelho de Porto de Mós:

O ano económico de 2013 decorreu, no país, sob o signo de uma grande austeridade e de um processo de ajustamentos forçados na nossa economia que conduziram a maiores dificuldades, financeiras e outras.

O concelho de Porto de Mós foi, obviamente, seriamente atingido por estas medidas, muitas delas ditadas por entidades externas e nem sempre adequadas e ajustadas às realidades e particularidades do Município.

Neste contexto de dificuldades e de soluções para as ultrapassar, muitas delas impostas por terceiros, revelou-se de importância fulcral a estratégia de gestão adotada em finais de 2005. Na verdade, o Executivo Municipal, que eu lidero, desde sempre privilegiou uma política de gestão clara, responsável e prudente, a pensar no desenvolvimento equilibrado do Concelho não só no momento presente mas, também, no futuro a médio ou mesmo a longo prazo. Esta atitude séria e cautelosa conduziu-nos, em 2013, a uma situação de estabilidade social e financeira sem sobressaltos ou roturas nos compromissos a que o Município está obrigado, perante a população residente e perante as entidades externas, não obstante os efeitos da recessão económica que vivemos.

O aumento e a consolidação dos recursos, conseguida ao longo dos últimos anos, permitiu-nos, ainda, alcançar um elevado nível de desempenho em 2013 com resultados genericamente positivos em todas as áreas, conforme se demonstra na abundante informação contabilística que informa o processo de Prestação de Contas do ano transato. Assim, o histórico dos resultados do passado recente e o nosso propósito de seguir a mesma linha de atuação perante as dificuldades e as opções a tomar para as vencer, fortalece-nos a convicção de que o desenvolvimento do Concelho é sustentável e que a posição de relevo que o Município ocupa em alguns dos rankings nacionais dos municípios portugueses se justifica e se deve manter nos exercícios económicos futuros.

Em nome do Executivo Municipal, agradeço à Assembleia Municipal, às Instituições Nacionais, Regionais e Locais e a todos os colaboradores que nos ajudaram a obter estes resultados e a aumentar a confiança no futuro dos Portomosenses.

O Presidente da Câmara Municipal de Porto de Mós,
João Salgueiro

I - O MUNICÍPIO DE PORTO DE MÓS

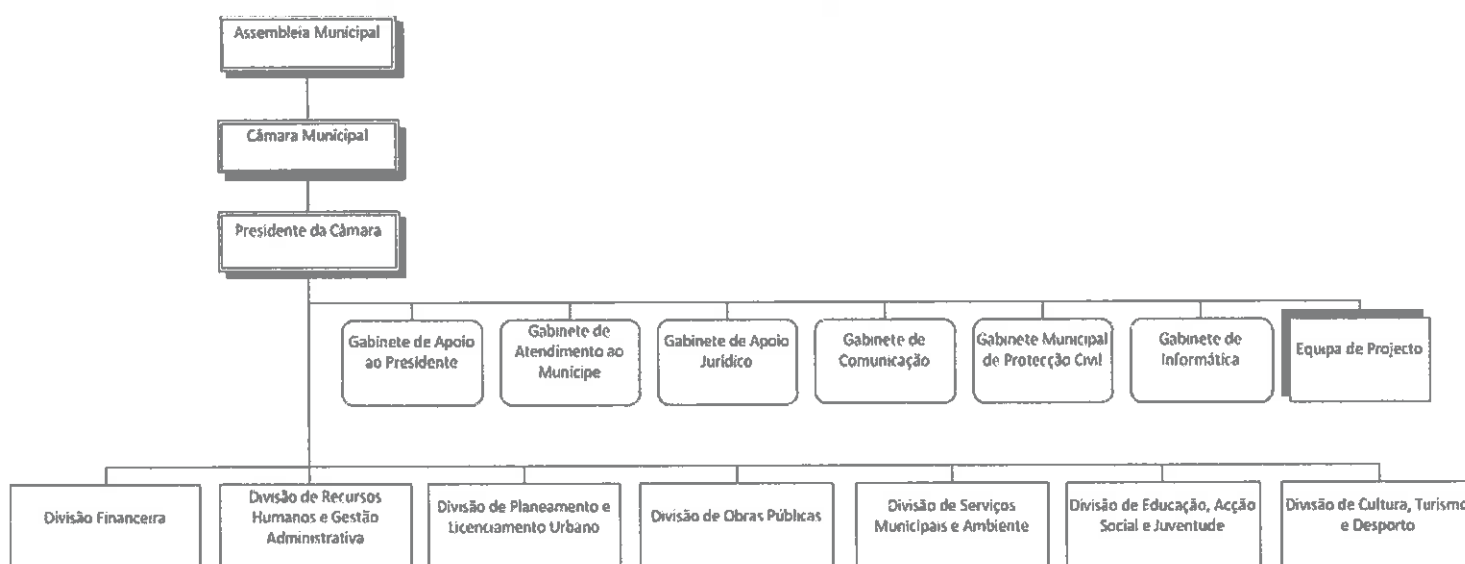
1 - Estrutura Organizacional

O Município de Porto de Mós tem sede na Praça da República, 2484-001 Porto de Mós, contribuinte fiscal n.º 505586401, telefone n.º 244 499600, fax n.º 244 499601 e email geral@municipio-portodemos.pt. Esta entidade visa através dos seus órgãos representativos (Executivo e Deliberativo), a prossecução de interesse próprios, comuns e específicos da população do Concelho de Porto de Mós.

O Município rege-se pelas normas gerais e comuns aos restantes municípios que lhe confere as atribuições previstas na Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias

1.1 - Estrutura dos Serviços da Câmara Municipal

A estrutura organizacional da Câmara Municipal de Porto de Mós no ano económico em análise foi aprovada pela Assembleia Municipal em Sessão Ordinária realizada a 18 de dezembro de 2010. Em janeiro do ano 2011 entrou em vigor o Regulamento da Organização dos Serviços da Câmara Municipal de Porto de Mós aprovado pela Câmara Municipal em sessão ordinária realizada no dia 20/12/2010 e que vigorou no ano em análise.



De salientar que por força do artigo 25.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, os municípios teriam que aprovar a adequação das suas estruturas orgânicas, nos termos de Decreto – Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, às regras e critérios previstos naquele diploma, até 31 de dezembro de 2012.

Por deliberação da Assembleia Municipal em Sessão Ordinária realizada a 20 de dezembro de 2012, foi aprovado o seguinte modelo organizacional:

- Modelo de estrutura orgânica – Estrutura hierarquizada, constituída por unidades orgânicas flexíveis, nos termos da alínea a) do artigo 6.º, conjugado com o artigo 10.º, ambos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro;
- Fixar o n.º máximo de unidades orgânicas flexíveis – 5 (cinco) que correspondem a cargos de direção intermédia de 2º grau – Chefe de Divisão Municipal;
- Fixar o n.º máximo de subunidades orgânicas flexíveis – 7 (sete) dirigidas por um Coordenador Técnico;
- Que ao abrigo, da faculdade prevista no n.º 7 do artigo 25º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, e para evitar desajustamentos funcionais na estrutura organizacional vigente, a estrutura organizacional ora proposta produza efeitos diferidos no tempo, de acordo com as datas das comissões de serviço dos atuais dirigentes, garantindo assim um prazo de adaptação e sucessão nas competências insertas na mesma.

Neste sentido, foi aprovado pela Câmara Municipal, na sua reunião de 27 de dezembro de 2012, o novo regulamento de organização dos serviços, cuja produção de efeitos será diferida no tempo, nos termos do n.º 7 do artigo 25º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, de acordo com as datas das comissões de serviço dos atuais dirigentes, garantindo assim um prazo de adaptação e sucessão nas competências insertas nas mesmas.

1.2 - Descrição Sumária das Atividades

Nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, os municípios dispõem de atribuições, designadamente, nos seguintes domínios:

- a) Equipamento Rural e Urbano;
- b) Energia;
- c) Transportes e Comunicações;
- d) Educação;
- e) Património, cultura e ciência;
- f) Tempos Livres e Desporto;
- g) Saúde;
- h) Ação Social;
- i) Habitação;
- j) Proteção Civil;
- k) Ambiente e Saneamento Básico;
- l) Defesa do Consumidor;
- m) Promoção do Desenvolvimento;
- n) Ordenamento do Território e Urbanismo;
- o) Polícia Municipal;
- p) Cooperação Externa.

A capacidade de intervenção dos Municípios no desenvolvimento apoia-se nas competências atrás referidas e nos meios financeiros definidos e consagrados na Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.

1.3 – Órgão Executivo

No período compreendido entre 01/01/2013 a 10/10/2013 o Órgão Executivo foi composto por:

Presidente – João Salgueiro;
Vereador a Tempo Inteiro – Albino Pereira Januário;
Vereador a Tempo Inteiro – Anabela dos Santos Martins;
Vereador a Meio Tempo – Rita Alexandra Sacramento Rosa Cerejo;
Vereador a Meio Tempo – Fernando Manuel de Carvalho Oliveira Monteiro
Vereador – Júlio João Carreira Vieira;
Vereador – Luís Manuel Coelho de Almeida.

No período compreendido entre 11/10/2013 a 31/12/2013 o Órgão Executivo foi composto por:

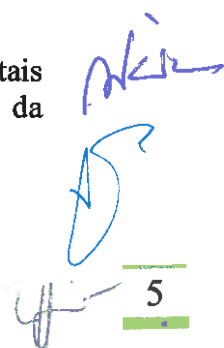
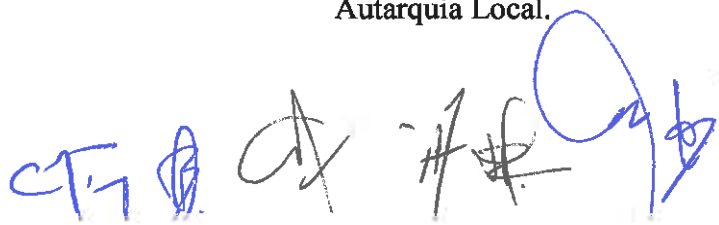
Presidente – João Salgueiro;
Vereador a Tempo Inteiro – Albino Pereira Januário;
Vereador a Tempo Inteiro – Anabela dos Santos Martins;
Vereador a Meio Tempo – Rita Alexandra Sacramento Rosa Cerejo;
Vereador a Meio Tempo – Rui Fernando Correia Marto
Vereador – Carlos Manuel Neto Venda;
Vereador – António José Jesus Ferreira.

1.4 – Organização Contabilística

O regime contabilístico adotado é o do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL.

Nesta Autarquia Local o sistema informático adotado é o SCA – Sistema de Contabilidade Autárquica. É uma aplicação informática que possibilita o processamento do POCAL, em respeito pelo disposto no Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e foi fornecido pela AIRC (Associação Informática do Centro) e integra designadamente:

- Contabilidade Orçamental e Patrimonial;
- Permite o controlo financeiro e a disponibilização de informação para os órgãos autárquicos, concretamente o acompanhamento da execução orçamental numa perspetiva de caixa e de compromissos.
- Cumpre, a nível dos documentos previsionais, os princípios orçamentais e a disponibilização de informação sobre a situação patrimonial da Autarquia Local.



II - RELATÓRIO E CONTAS DE 2013

Em cumprimento do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 35º e alínea i) do n.º 1 do artigo 33º, ambos da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, os documentos de Prestação de Contas, bem como, o Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva avaliação referente ao ano 2013, são aprovados pelos Membros do Executivo Municipal, cabendo à Assembleia Municipal a sua apreciação e votação, em conformidade com a alínea l) do n.º 2 do Artigo 25º da referida Lei.

Os documentos de prestação de contas são enviados ao Tribunal de Contas dentro do prazo legalmente fixado para o efeito, após a aprovação pelo Órgão Executivo, independentemente da sua apreciação pelo Órgão Deliberativo.

Por último, de salientar que na organização e documentação da prestação de contas foi ainda tida em conta, além do citado POCAL, a Resolução n.º 4/2001 do Tribunal de Contas publicada no D.R. n.º 191, II Série, de 18 de agosto de 2001, com as alterações introduzidas pela Resolução n.º 26/2013, publicada no D.R. n.º 226, II Série, de 21 de novembro de 2013, que determina ainda que os documentos de prestação de contas a apresentar pelas Autarquias Locais cujo movimento anual de receita seja igual ou superior a 5000 vezes o índice 100 da escala indiciária das carreiras do regime geral da função pública sejam acompanhados da seguinte documentação:

- Guia de remessa;
- Ata de reunião em que foi discutida e votada a conta;
- Norma de controlo interno e suas alterações;
- Síntese das reconciliações bancárias;
- Relação nominal de responsáveis.

Estando o Município de Porto de Mós obrigado ao cumprimento desta resolução os documentos de prestação de contas são elaborados em conformidade com a mesma.

III - RELATÓRIO DE GESTÃO

1 - Objetivos do Relatório de Gestão

O presente relatório de gestão, referente ao ano económico de 2013, constitui o cumprimento da imposição legal de levar ao conhecimento dos órgãos colegiais do Município o desempenho da gestão municipal referente ao mesmo ano.

Este documento tem por finalidade complementar os Documentos de Prestação de Contas da atividade deste Executivo Camarário, e contemplar os seguintes aspectos:

- ✓ Descrever a evolução orçamental e sua execução, permitindo acompanhar de uma forma sintética todo o processo de realização da despesa e a arrecadação da receita,

- ✓ Sintetizar a situação financeira da autarquia local, considerando os indicadores de gestão financeira apropriados à análise de balanços e de demonstrações de resultados;
- ✓ Evolução das dívidas de curto, médio e longo prazos de terceiros e a terceiros nos últimos três anos;
- ✓ Proposta fundamentada da aplicação do resultado líquido do exercício;

2 - Análise da Execução Orçamental

O Orçamento e as Grandes Opções do Plano do ano **2013** obtiveram aprovação da Câmara Municipal em **06/12/2012** e na sessão da Assembleia Municipal em **20/12/2012**. No presente sub capítulo é feita a análise do controlo orçamental e do desempenho da Receita e da Despesa.

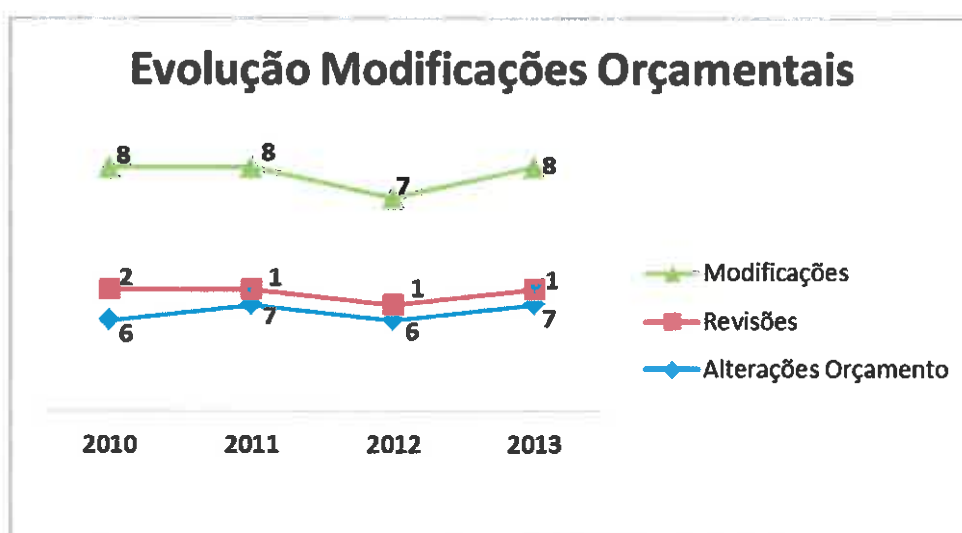
2.1 – Modificações Orçamentais

Durante o ano **2013** efetuaram-se 8 Modificações Orçamentais, que foram constituídas por 7 alterações e 1 revisão.

As alterações efetuadas destinaram-se ao reforço de dotações das GOP's e do Orçamento de Despesa.

A revisão efetuada foi aprovada em 26/04/2013 e destinou-se à inclusão do saldo de gerência do ano 2012.

O gráfico seguinte revela a evolução das modificações orçamentais.



CTH

7

2.2 – Execução Orçamental da Receita e da Despesa

2.2.1 – Orçamento de 2013

Neste ponto procura-se explicar e comparar a execução do Orçamento, valores inicialmente propostos com os valores efetivamente executados. O Orçamento Municipal sendo um documento de natureza previsional, a sua execução acarreta naturalmente desvios.

O Orçamento apresenta a previsão das receitas, bem como das despesas, desagregadas segundo a classificação económica legalmente aprovada e tem caráter anual.

O Orçamento inicial foi aprovado com uma dotação de 18.369.830,00 €. Ao longo do exercício foram efectuadas 8 modificações orçamentais, das quais 7 foram alterações e 1 revisão, esta última para inclusão do saldo orçamental no montante de 473.742,58 €. O valor final após as modificações foi de 18.843.572,58 €, o que traduz num aumento de 2,57%.

	Valor
Saldo da Gerência anterior (2012)	473.742,58 €
Receita cobrada na Gerência	15.719.151,83 €
Soma	16.192.894,41 €
Despesa paga na Gerência	15.820.417,87 €
Saldo da Gerência seguinte	372.476,54 €

Analisando o quadro seguinte verifica-se que ao longo do ano 2013, e relativamente aos objetivos estabelecidos no Orçamento, a taxa de execução da receita fixou-se em 85,93%, enquanto que a taxa de execução da despesa total ascendeu aos 83,96%. Estes valores traduzem assim a capacidade de realização das receitas e das despesas programadas, sendo que a taxa referente às despesas refere-se a valores pagos, enquanto que no caso da receita são valores efetivamente recebidos.

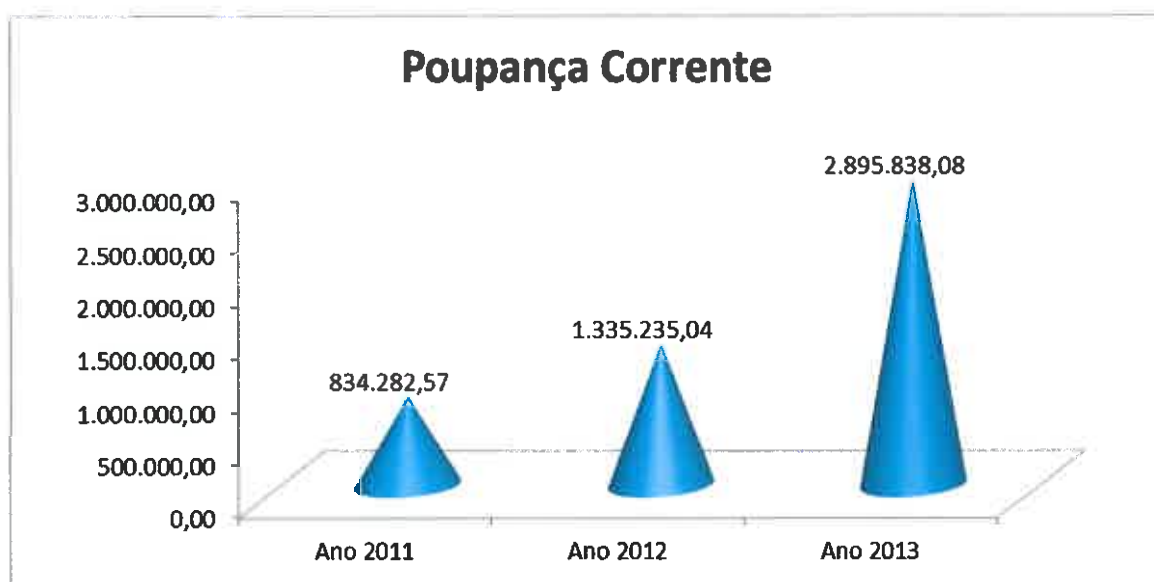
Ano 2013					
Designação	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Execução (Receita arrecadada e Despesa Paga)	Desvio (Executado - Final)	Taxa Execução
Receita:					
- Corrente	15.140.369,00 €	15.140.369,00 €	13.940.953,99 €	-1.199.415,01 €	92,08%
- Capital	3.214.461,00 €	3.214.461,00 €	1.777.444,78 €	-1.437.016,22 €	55,30%
- Out. Receitas	15.000,00 €	488.742,58 €	474.495,64 €	-14.246,94 €	97,08%
Total	18.369.830,00 €	18.843.572,58 €	16.192.894,41 €	-2.650.678,17 €	85,93%
Despesa:					
- Corrente	12.631.980,00 €	12.588.910,60 €	11.045.115,91 €	-1.543.794,69 €	87,74%
- Capital	5.737.850,00 €	6.254.661,98 €	4.775.301,96 €	-1.479.360,02 €	76,35%
Total	18.369.830,00 €	18.843.572,58 €	15.820.417,87 €	-3.023.154,71 €	83,96%

O Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, que instituiu o POCAL dispõe que as Autarquias Locais cumpram o princípio do equilíbrio orçamental, consagrado na alínea e) do ponto 3.1.1 do referido diploma legal e que determina que “o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser, pelo menos, iguais às despesas correntes”.

Esta norma manteve-se presente na execução orçamental de 2013 desenvolvida pela Autarquia. Daí resultou uma evolução contínua e sustentada das contas nos últimos três anos, uma vez que as receitas correntes superaram as despesas correntes, traduzindo uma atenção e preocupação constantes da gestão, traduzida em saldo positivo a favor dos projetos de investimento.

Da execução orçamental resultou uma poupança corrente efetiva de 2.895.838,08€, valor destinado a financiar 60,64% das despesas de capital.

O gráfico abaixo ilustra o esforço de poupança ao longo do triénio de 2011 / 2013



2.2.4 – Execução Orçamental da Receita

A estrutura e execução da Receita do ano 2013, constam do quadro abaixo.

Execução Orçamental da Receita por rubrica

Composição da Receita	Previsão	Execução (cobrada bruta)	Peso p/ Rubrica %	% Execução
01 - Impostos directos	3.228.083,00 €	3.564.585,34 €	22,01%	110,42%
02 - Impostos indirectos	116.594,00 €	88.622,22 €	0,55%	76,01%
04 - Taxas, multas e outras penalidades	239.784,00 €	235.408,24 €	1,45%	98,18%
05 - Rendimentos da propriedade	1.022.800,00 €	798.939,99 €	4,93%	78,11%
06 - Transferências correntes	7.362.066,00 €	6.982.143,82 €	43,12%	94,84%
07 - Venda de bens e serviços correntes	3.106.042,00 €	2.254.157,48 €	13,92%	72,57%
08 - Outras receitas correntes	65.000,00 €	17.096,90 €	0,11%	26,30%
RECETAS CORRENTES	15.140.369,00 €	13.940.953,99 €	86,09%	92,08%
09 - Venda de bens de investimento	915.000,00 €	60.820,24 €	0,38%	6,65%
10 - Transferências de capital	2.256.961,00 €	1.466.624,54 €	9,06%	64,98%
11 - Activos financeiros	7.500,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
13 - Outras receitas de capital	35.000,00 €	250.000,00 €	1,54%	714,29%
RECETAS CAPITAL	3.214.461,00 €	1.777.444,78 €	10,98%	55,30%
15 - Reposições não abatidas nos pagame	15.000,00 €	753,06 €	0,00%	5,02%
16 - Saldo da gerência anterior	473.742,58 €	473.742,58 €	2,93%	100,00%
OUTRAS RECETAS	488.742,58 €	474.495,64 €	2,93%	97,08%
RECEITA TOTAL	18.843.572,58 €	16.192.894,41 €	100,00%	85,93%

2.2.4.1 – Evolução da Receita por Natureza



2.2.4.2 – Evolução da Receita Corrente

Designação	2011	2012	2013
Impostos diretos	2.811.430,29 €	2.829.027,14 €	3.564.585,34 €
Impostos indiretos	151.505,94 €	80.455,64 €	88.622,22 €
Taxas, multas e outras penalidades	236.869,58 €	227.957,21 €	235.408,24 €
Rendimentos da propriedade	1.104.118,25 €	956.880,37 €	798.939,99 €
Transferências correntes	6.191.494,89 €	6.144.658,25 €	6.982.143,82 €
Venda de bens e serviços correntes	2.437.361,40 €	2.571.902,88 €	2.254.157,48 €
Outras receitas correntes	22.095,34 €	32.292,13 €	17.096,90 €
Receita Corrente (Total)	12.954.875,69 €	12.843.173,62 €	13.940.953,99 €

As receitas correntes cobradas em 2013 totalizaram o montante de 13.940.953,99€, o que representa uma percentagem de execução de 92,08% face ao montante previsto. A autarquia conseguiu arrecadar receitas correntes que lhe permitiram uma base de consistência ao financiamento do conjunto de despesas obrigatórias, cobrindo as despesas correntes e uma parte das de capital.

Analisando mais em pormenor as receitas correntes arrecadadas verifica-se que a sua maioria é proveniente das transferências correntes e as restantes tiveram origem em fontes diversas salientando-se os impostos diretos, nomeadamente o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e a Venda de Bens e Serviços Correntes.

O quadro seguinte apresenta a evolução dos impostos directos que no seu conjunto representam 25,57 % do total das receitas correntes.

De notar a subida neste ultimo ano da receita proveniente do IMI, enquanto que o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) regista uma tendência precisamente inversa. Em contrapartida, o Imposto Único de Circulação (IUC) tem vindo a aumentar anualmente. A derrama também registou um ligeiro acréscimo.

Evolução dos Impostos Directos

Impostos Directos	2011	2012	2013
IMI	1.447.443,17 €	1.474.246,17 €	2.205.748,84 €
IUC	389.492,06 €	449.954,55 €	594.808,02 €
IMT	506.115,03 €	477.923,54 €	315.786,52 €
Derrama	467.286,89 €	426.786,67 €	448.205,96 €
Impostos abolidos	1.093,14 €	116,21 €	36,00 €
Totais	2.811.430,29 €	2.829.027,14 €	3.564.585,34 €

O valor das transferências correntes contém as receitas provenientes sobretudo das transferências do Orçamento de Estado (FEF, FSM e participação IRS) e da transferência de competências para o Município em matéria de educação e ação social.

De notar que as transferências correntes provenientes do Orçamento de Estado de 2013, derivadas do FEF, FSM e participação fixa no IRS registaram um aumento no montante de 1.143.020,00 € comparativamente ao ano 2012, contudo este montante corresponde à redução verificada nas transferências de capital referente ao Fundo de Equilíbrio Financeiro.

No ano 2013 uma das rubricas também significativas na receita corrente são os rendimentos de propriedade, cujo maior montante resulta da renda da concessão da EDP que ascendeu em 2013 ao montante de 566.503,23€, bem como da renda do parque eólico do Chão do Falcão no montante de 200.114,46€. A redução verificada na renda da EDP refere-se à renda do 4º trimestre que se encontra registada nas contas em janeiro de 2014.

2.2.4.3 – Evolução da Receita de Capital

Designação	2011	2012	2013
Venda de bens de investimento	162.687,00 €	15.904,50 €	60.820,24 €
Transferências de capital	6.041.627,47 €	3.710.835,05 €	1.466.624,54 €
Passivos financeiros	667.421,52 €	202.000,00 €	- €
Outras receitas de capital	- €	- €	250.000,00 €
Total	6.871.735,99 €	3.928.739,55 €	1.777.444,78 €

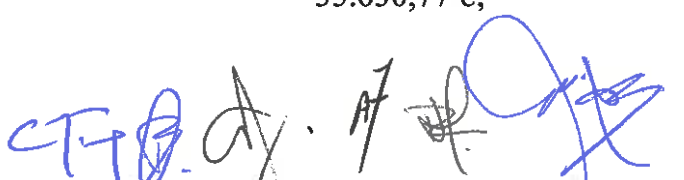
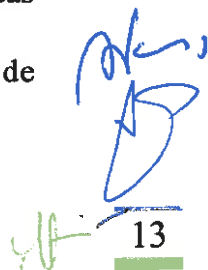
As receitas de capital são constituídas por venda de bens de investimento, transferências e empréstimos bancários, representando na sua globalidade 10,98% das receitas executadas.

No que se refere às “Transferências de Capital”, estas são provenientes das transferências do Orçamento de Estado pelo FEF e da União Europeia, com base em projetos comunitários. No ano 2013 registou-se um decréscimo de 1.143.020,00 € na transferência do Fundo de Equilíbrio Financeiro a título de capital do orçamento de estado, recebido a título corrente.

De registar que no ano 2013 foi possível arrecadar 323.603,05 € de receita apoiada pelo Programa Operacional Regional do Centro.

Os projetos integrados no referido programa que obtiveram contrapartidas comunitárias no ano em análise, foram:

- Construção do Polo Educativo de São Bento, no montante de 35.630,77 €;

- Requalificação da Frente Ribeirinha, no montante de 168.231,36€;
- Requalificação Alameda Dom Afonso Henriques, no montante de 105.856,66 €;
- Leiria Região Digital – Simplex Autárquico, no montante de 13.884,75 €.

2.2.5 – Execução Orçamental da Despesa

2.2.5.1 – Evolução da Despesa por Natureza

A estrutura e execução da despesa do ano 2013, constam do quadro abaixo.

Execução Orçamental da Despesa por rubrica

<i>Composição da Despesa</i>	<i>Previsão</i>	<i>Execução (valor pago)</i>	<i>Peso p/ Rubrica %</i>	<i>% Execução</i>
01 - Despesa com Pessoal	4.753.210,00 €	4.611.981,14 €	29,15%	97,03%
02 - Aquisição de Bens e Serviços	6.826.261,88 €	5.615.350,37 €	35,49%	82,26%
03 - Juros e Outros Encargos	115.870,00 €	46.265,96 €	0,29%	39,93%
04 - Transferências Correntes	784.918,72 €	705.735,57 €	4,46%	89,91%
05 - Subsídios	1.900,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
06 - Outras Despesas correntes	106.750,00 €	65.782,87 €	0,42%	61,62%
DESPESA CORRENTE	12.588.910,60 €	11.045.115,91 €	69,82%	87,74%
07 - Aquisição de Bens de Capital	5.009.061,98 €	3.742.543,15 €	23,66%	74,72%
08 - Transferências de capital	508.000,00 €	361.869,10 €	2,29%	71,23%
09 - Activos financeiros	500,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
10 - Passivos financeiros	680.000,00 €	617.374,51 €	3,90%	90,79%
11 - Outras Despesa de Capital	57.100,00 €	53.515,20 €	0,34%	93,72%
DESPESA CAPITAL	6.254.661,98 €	4.775.301,96 €	30,18%	76,35%
DESPESA TOTAL	18.843.572,58 €	15.820.417,87 €	100,00%	83,96%

Da análise do quadro supra, verifica-se que da despesa efetuada pelo Município 69,82% destina-se a despesa corrente e 30,18% a despesa de capital. As despesas com o pessoal detêm um peso de 29,15% na despesa total. A despesa corrente com maior peso na despesa total é a aquisição de bens e serviços, com 35,49%.

2.2.5.2 – Evolução da Despesa Corrente

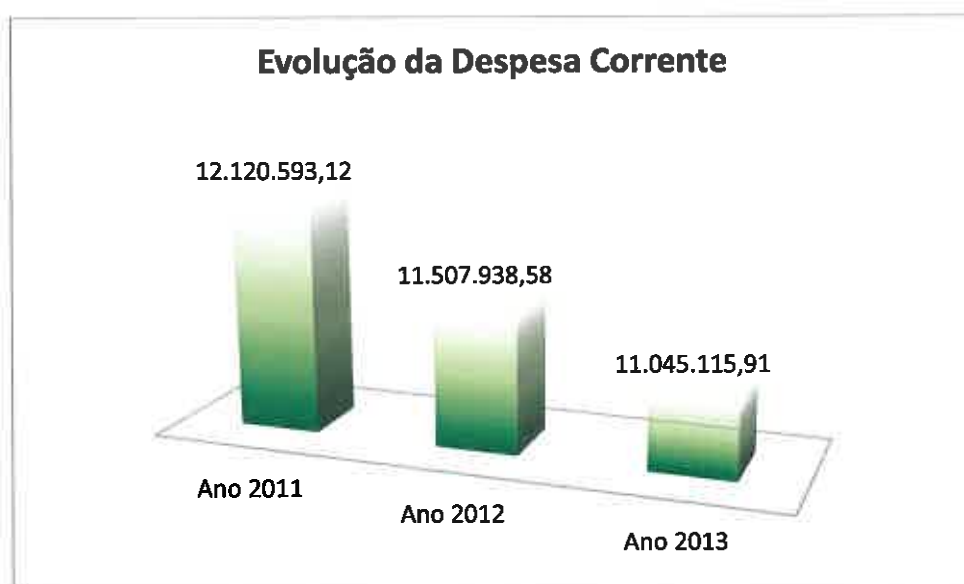
A Despesa Corrente é composta principalmente, pelas despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, pelas transferências correntes e outras despesas correntes.

A despesa corrente no ano 2013 registou um decréscimo de 462.822,67 € relativamente ao ano 2012, que se traduz numa redução de cerca de 4,02 %.

O quadro seguinte mostra a evolução da despesa corrente no triénio de 2011/2013. Os valores evidenciados resultam da execução orçamental numa “ótica de caixa”.

Un.: Euros

Evolução da Despesa Corrente	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
01- Pessoal	4.825.999,11	4.368.632,74	4.611.981,14
02 - Aquisição de Bens e Serviços	6.189.863,29	6.258.771,29	5.615.350,37
03 - Juros e Outros Encargos	84.772,64	91.290,51	46.265,96
04 - Transferências Correntes	911.701,01	721.187,68	705.735,57
06 - Outras Despesa Correntes	108.257,07	68.056,36	65.782,87
Total	12.120.593,12	11.507.938,58	11.045.115,91



A Aquisição de Bens e Serviços subdivide-se em Aquisição de Bens e Aquisição de Serviços, tendo sido pagos, respectivamente, os montantes de 1.588.621,90€ e 4.026.728,47€.

No ano 2013, ao contrário do ano transato, a rubrica de aquisição de bens e serviços registou um decréscimo de 10,28%. No quadro abaixo encontram-se evidenciadas as despesas que mais contribuíram para esta redução.

Composição da despesa	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Variação 2013/2012
Aquisição de Bens	1.529.240,27 €	1.601.728,23 €	1.378.595,61 €	-13,93%
Matérias Primas e subsidiárias	172.776,15 €	205.509,87 €	154.461,36 €	-24,84%
Combustíveis e Lubrificantes	304.905,56 €	355.785,56 €	342.551,08 €	-3,72%
Alimentação - Ref. Confeccionadas	572.799,48 €	519.295,81 €	403.465,86 €	-22,31%
Mercadoria para Venda - água	344.604,05 €	357.291,39 €	331.599,86 €	-7,19%
Outros Bens	134.155,03 €	163.845,60 €	146.517,45 €	-10,58%
Aquisição de Serviços	3.849.856,19 €	3.830.059,90 €	3.497.244,40 €	-8,69%
Encargos de Instalações	1.127.359,58 €	1.258.478,91 €	1.269.917,05 €	0,91%
Limpeza e Higiene	1.019.591,46 €	929.432,31 €	910.413,24 €	-2,05%
Conservação de Bens	299.305,90 €	259.229,32 €	310.328,25 €	19,71%
Transportes Escolares	475.486,01 €	359.095,03 €	209.178,82 €	-41,75%
Outros Trabalhos Especializados	571.695,77 €	653.302,17 €	525.151,58 €	-19,62%
Outros Serviços	356.417,47 €	370.522,16 €	272.255,46 €	-26,52%
Total	5.379.096,46 €	5.431.788,13 €	4.875.840,01 €	-10,24%

Rubricas com maior peso no conjunto da despesa corrente e a sua evolução no triénio

Entidades	Tipo de Serviço	2011	2012	2013	Variação 2013/2012
		Valor Pago	Valor Pago		
Suma, Sa	Limpeza Higiene Urbana	696.402,58	643.844,51	610.096,93	-5,24%
EDP Universal, Sa	Elettricidade	1.125.298,13	1.258.739,53	1.264.161,11	0,43%
Valoris, Sa	Trata. Resíduos Sólidos	322.387,38	279.848,75	275.134,19	-1,68%
Simlis, Sa	Tratamento Efluentes	523.027,65	604.251,02	475.727,66	-21,27%
Repsol Portuguesa Sa	Fornecimento de Combustível e Portagens	28.801,17	161.606,33	187.968,25	16,31%
Petróleos de Portugal - Petrogal Sa	Fornecimento de Combustível	169.092,17	51.024,39	21.401,05	-58,06%
Total – Repsol + Petróleos de Portugal	Fornecimento de Combustível e portagens	197.893,34	212.630,72	209.369,30	-1,53%
Associação Desportiva Portomossense	Fornecimento de Almoços Prolonga. e AECs transportes e apoios	491.569,54	482.566,79	362.841,25	-24,81%
Casa do Povo da Calvaria	Fornecimento de Almoços Prolonga.	137.533,42	119.894,10	98.657,90	-17,71%
Centro Paroquial Assistência Do Juncal	Fornecimento de Almoços Prolonga. Transportes	132.095,83	91.496,53	69.366,00	-24,19%
Rodoviária do Tejo Sa	Transporte de Alunos	348.310,10	273.120,81	155.451,22	-43,08%
Águas do Lena, Sa	Fornecimento de Água	77.270,93	88.930,84	58.517,06	-34,20%
EPAL-Empresa Port. Águas Livres Sa	Fornecimento de Água	282.059,35	267.354,79	272.324,85	1,86%
C.T.T- Correios de Portugal Sa	Avença e Enc. Cobrança Agua	83.385,25	79.572,67	80.580,40	1,27%

2.2.5.3 - Evolução da Despesa de Capital

O quadro seguinte ilustra a evolução nos últimos três anos da despesa de capital. A despesa de capital registou uma execução de 76,35% em 2013, atingindo o montante de 4.775.301,96€.

Nas componentes da despesa de capital destaca-se a aquisição de bens capital, cujo montante representa 78,37% da despesa de capital.

Evolução Despesas Capital	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
07 - Aquisição de Bens de Capital	6.642.455,24 €	4.640.618,05 €	3.742.543,15 €
08 - Transferências de capital	442.312,65 €	312.666,73 €	361.869,10 €
09 - Activos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €
10 - Passivos financeiros	248.315,69 €	250.424,82 €	617.374,51 €
11 - Outras Despesa de Capital	0,00 €	400,00 €	53.515,20 €
Total	7.333.083,58 €	5.204.109,60 €	4.775.301,96 €

Da análise detalhada da composição da aquisição de bens de capital, dos investimentos realizados no ano 2013 destacam-se as seguintes rubricas:

- ✓ Viadutos, arruamentos e obras complementares.....1.604.747,33 €;
- ✓ Sistemas de drenagem de águas residuais.....225.016,76 €;
- ✓ Captação e distribuição de água.....377.157,50 €;
- ✓ Parques e Jardins.....262.923,29 €;

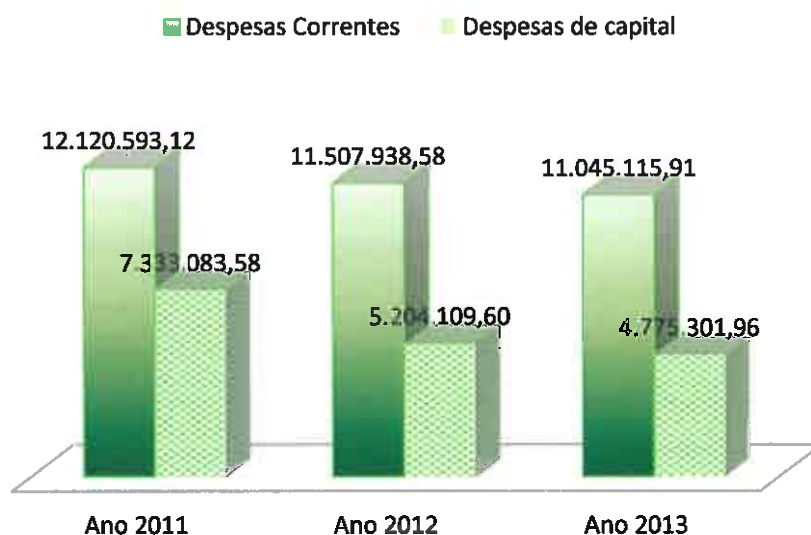
CTI




17



2.2.5.4 – Despesas de Capital Vs Despesas Correntes



3 - Recursos Humanos

Os recursos humanos são um activo dos mais importantes para o desempenho das organizações.

O sucesso ou insucesso, plasmado nos resultados das organizações, está, assim, muito dependente da eficiência e da eficácia dos seus recursos humanos.

3.1 Quadro Estrutural do Efetivo em 31.12.2013

O número de trabalhadores ao serviço da Autarquia em 31 de dezembro do ano 2013 era de 306, distribuídos por categorias e funções conforme quadro seguinte.

	Dirigentes - Intermédio	Carreiras Gerais - Técnico Superior	Carreiras Gerais - Assistente Técnico	Carreiras Gerais - Assistente Operacional	Informática	Fiscal	Outro	TOTAL
Comissão de Serviço	3	0	0	0	0	0	2	5
CTEP por Tempo Indeterminado	0	29	61	179	3	1	0	273
CTEP a Termo Resolutivo Certo	0	0	0	28	0	0	0	28
TOTAIS	3	29	61	207	3	1	2	306

Seguidamente apresentamos a evolução do pessoal relativamente ao ano transato.

Evolução do número de trabalhadores segundo o Grupo Profissional

Designação	2012	Peso Relat. (%)	2013	Peso Relat. (%)	Var. Abs
Dirigentes - Intermédio	3	0,97%	3	0,98%	0
Carreiras Gerais - Técnico Superior	28	9,06%	29	9,48%	1
Carreiras Gerais - Assistente Técnico	60	19,42%	61	19,93%	1
Carreiras Gerais – Assist. Operacional	213	68,93%	207	67,65%	-6
Informática	3	0,97%	3	0,98%	0
Fiscal	1	0,32%	1	0,33%	0
Outro (Gab. Apoio Presidente)	1	0,32%	2	0,65%	1
TOTAL	309	100,00%	306	100,00%	-3

CTH B. d. A. 


19

3.2 – Evolução do Absentismo

Tipos de Faltas	2011		2012			2013		
	Nº. Dias	% de Faltas	Nº. Dias	% de Faltas	Var. Faltas 11	Nº. Dias	% de Faltas	Var. Faltas 12
Bx. por Doença (Ssocial)	326	2,46%	711	5,37%	385	608	5,13%	-103
Baixa Doença Familiar (S.Social)	44	0,33%	124	0,94%	80	132	1,11%	8
Cons.Méd./Trat.A.Famil.<10 anos	1	0,01%	0	0,00%	-1	1	0,01%	1
Cons.Méd./Trat.A.Famil.	16	0,12%	23	0,17%	7	9	0,08%	-14
Assist.Famil.<10 anos	0	0,00%	1	0,01%	1	3	0,03%	2
Assit. A Familiares	10	0,08%	0	0,00%	-10	20	0,17%	20
Cumprtº. Obrig.Legais	6	0,05%	2	0,02%	-4	0	0,00%	-2
Injustificadas	0	0,00%	1	0,01%	1	2	0,02%	1
Part.Mesa Eleitoral	9	0,07%	0	0,00%	-9	0	0,00%	0
Por actividade Sindical	2	0,02%	1	0,01%	-1	1	0,01%	0
Casamento	30	0,23%	22	0,17%	-8	21	0,18%	-1
Por conta per. férias	172,5	1,30%	185	1,40%	12,5	165,5	1,40%	-19,5
Serviço Sindical	49	0,37%	47	0,35%	-2	47	0,40%	0
Doença (intern.Hosp.)	82	0,62%	29	0,22%	-53	42	0,35%	13
Doença Prolongada	1102	8,32%	1387	10,47%	285	618	5,21%	-769
Doença	1784	13,48%	1645	12,42%	-139	1976	16,67%	331
Exs Povas de Avaliação	20	0,15%	22	0,17%	2	17	0,14%	-5
Falecimento Familiar	124	0,94%	42	0,32%	-82	50	0,42%	8
Greve	61	0,46%	46	0,35%	-15	57	0,48%	11
Falta por participação campanha eleitoral	0	0,00%	0	0,00%	0	1	0,01%	1
Maternidade ADSE)	0	0,00%	0	0,00%	0	0	0,00%	0
Falta prova de concursos	5	0,04%	1	0,01%	-4	0	0,00%	-1
Falta trabalhador estudante	3	0,02%	4	0,03%	1	0	0,00%	-4
Falta motivo não imput. ao func.	1	0,01%	1	0,01%	0	0	0,00%	-1
Falta com perda vencimento	0	0,00%	1	0,01%	1	0	0,00%	-1
Falta Trat. Ambulatorio-próprio	58	0,44%	47	0,35%	-11	18	0,15%	-29
Licença Parental inicial excl. pai	15	0,11%	21	0,16%	6	7	0,06%	-14
Maternidade (Ssocial)	667	5,04%	779	5,88%	112	590	4,98%	-189
Falta paternidade (Seg.social)	4	0,03%	0	0,00%	-4	46	0,39%	46
Falta assist. a famil.>q 12 anos	26	0,20%	27	0,20%	1	8	0,07%	-19
Falta assist. filhos < q 12 anos	41	0,31%	62	0,47%	21	75	0,63%	13
falta por licença inicial excl. pai	64	0,48%	0	0,00%	-64	45	0,38%	45
Licença Parental alargada	0	0,00%	0	0,00%	0	21	0,18%	21
falta por licença parental inicial	395	2,98%	138	1,04%	-257	0	0,00%	-138
Sub Total , sem férias	5117,5	4,95%	5369	5,41%	251,5	4580,5	4,73%	-788,5
Férias ano anterior	270	2,04%	188	1,42%	-82	259,5	2,19%	71,5
Férias contratados	0	0,00%	2	0,02%	2		0,00%	-2
Férias	7.851,50	59,31%	7.690,50	58,04%	-161	7015,5	59,18%	-675
Totals, inc. férias	13.239,00	12,80%	13.249,50	12,80%	10,5	11855,50	12,25%	-1394



3.3 – Despesas com o Pessoal

As despesas com o pessoal têm sido objeto de muita atenção por parte do Executivo Municipal. Para além do controlo e limitação legal impostos pela Administração Central neste domínio, também o Executivo Municipal se preocupa em analisar os gastos e a subscrever aumentos apenas nos casos devidamente justificados.

O quadro seguinte revela a evolução das despesas com o pessoal, em todas as rubricas, no triénio de 2011 / 2013.

As despesas efetivas com pessoal ascenderam em 2013 a 4.611.981,14€, verificando-se um aumento em relação ao ano anterior de 243.348,40€. Estas despesas representam 41,76% das despesas correntes e 29,15 % do total das despesas.

O maior aumento registou-se nas contribuições para a segurança social e no pagamento do subsídio de férias e natal. De referir que os encargos de pessoal do ano 2013 contemplam o pagamento do subsídio de natal a todos os trabalhadores, o que não aconteceu no ano 2012 (conforme disposto no artigo 25.º da Lei n.º64-B/2011, de 30 de dezembro – Lei do Orçamento de Estado para o ano 2012), bem como o aumento de 5% dos encargos da entidade para a Caixa Geral de Aposentações e de 1,45% relativamente aos trabalhadores no Regime da Segurança Social.

Na rubrica segurança social, as despesas com maior relevância financeira são as contribuições do Município enquanto entidade patronal para a Caixa Geral de Aposentações, e para o regime geral da segurança social e as despesas com a ADSE (sistema de saúde dos trabalhadores em funções públicas). No que se refere a estas últimas é de referir que as autarquias locais suportam todos os encargos com a saúde dos seus funcionários e agregado familiar indexado.

CT: [assinatura]

[assinatura]

Assembleia Municipal	2011	2012	2013
Despesas com pessoal	11.577,68 €	9.916,72 €	23.832,92 €
Outros suplementos e prémios	11.524,85 €	9.615,40 €	23.781,60 €
Formação	- €	250,00 €	- €
Seguros	52,83 €	51,32 €	51,32 €
Câmara Municipal			
Despesas com pessoal	4 814.421,43 €	4 358 716,02 €	4 588 148,22 €
Remunerações certas e permanentes	3 919.913,49 €	3 549.129,72 €	3 640 102,90 €
Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	112.108,44 €	112.108,44 €	107.529,77 €
Pessoal quadros - regime contrato individual trabalho	2.400.403,16 €	2.460.830,01 €	2.442.295,80 €
Pessoal contratado a termo	279.172,46 €	141.869,36 €	93.155,53 €
Pessoal em regime de tarefa ou avença	53.351,00 €	40.153,00 €	51.803,06 €
Pessoal aguardando aposentação	5.049,97 €	8.678,39 €	3.187,46 €
Pessoal em qualquer outra situação	104.756,35 €	89.713,23 €	72.340,80 €
Representação	29.390,42 €	29.373,12 €	29.373,24 €
Subsídio de refeição	333.498,52 €	330.252,20 €	317.634,41 €
Subsídio de férias e de Natal	527.616,58 €	267.438,35 €	478.207,44 €
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	74.566,59 €	68.713,62 €	44.575,39 €
Abonos variáveis ou eventuais	73.696,77 €	55.245,53 €	48.962,17 €
Horas extraordinárias	59.214,27 €	42.916,28 €	36.066,59 €
Ajudas de custo	490,59 €	335,69 €	884,90 €
Abono para falhas	3.785,97 €	3.925,33 €	3.773,06 €
Subsídio de turno	4.504,15 €	5.073,51 €	5.056,58 €
Indemnizações por cessação de funções	2.328,48 €	- €	1.008,40 €
Outros suplementos e prémios	3.373,31 €	2.994,72 €	2.172,64 €
Segurança social	820.811,17 €	754.340,77 €	899.083,15 €
Encargos com a saúde	109.259,35 €	113.433,23 €	122.960,20 €
Outros encargos com a saúde	49.076,21 €	50.628,56 €	44.978,25 €
Subsídio familiar a criança e jovens	19.050,48 €	18.043,50 €	17.174,52 €
Outras prestações familiares	8.921,46 €	11.915,82 €	11.023,71 €
Contribuições para a segurança social	598.076,25 €	530.736,11 €	677.285,63 €
Caixa Geral de Aposentações	365.502,97 €	315.005,92 €	430.209,59 €
Segurança social-Regime geral	232.573,28 €	215.730,19 €	247.076,04 €
Seguros	36.427,42 €	29.583,55 €	25.660,84 €
Total das Despesas com o Pessoal	4 825 999,11 €	4 368 632,74 €	4 611 961,14 €

4 - Apoio Social

Os serviços de natureza social prestados pelo Município, são cada vez mais relevantes e têm tido progressivamente um peso cada vez maior no conjunto das despesas correntes.

A prestação destes serviços de apoio à educação, tem sido uma área de intervenção municipal crescente desde 2005. Este aumento de atividade resulta, não só da transferência de novas competências, como também da vontade do executivo em ampliar tais serviços, uma vez que os entende necessários e devidamente justificados.

Pese embora a Lei n.º 02/2007, de 15 de janeiro (Lei das Finanças Locais) não se encontrar em vigor aquando da elaboração deste relatório, dado a sua revogação pela Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais e cuja entrada em vigor foi a 1 de janeiro 2014, as análises feitas neste relatório serão com base na Lei das Finanças Locais em vigor no ano 2013.

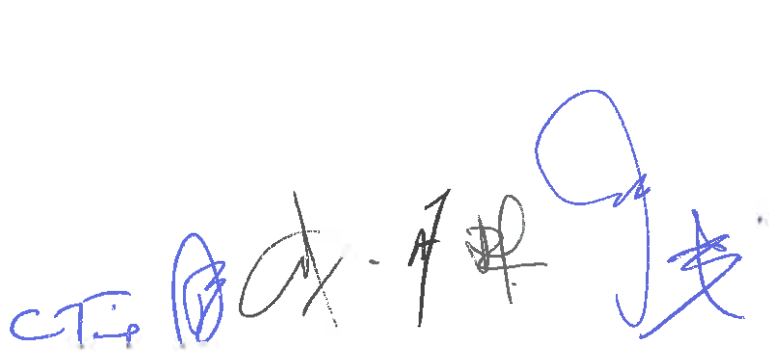
Relativamente à repartição de recursos públicos entre o Estado e as Autarquias Locais, a Lei n.º 02/2007, de 15 de janeiro (Lei das Finanças Locais), no art. 19.º e art. 24.º determina que o Fundo Social Municipal (FSM) é uma subvenção específica cujo valor corresponde às despesas relativas às atribuições e competências transferidas da Administração Central para os municípios, associadas a funções sociais, nomeadamente educação, saúde ou ação social.

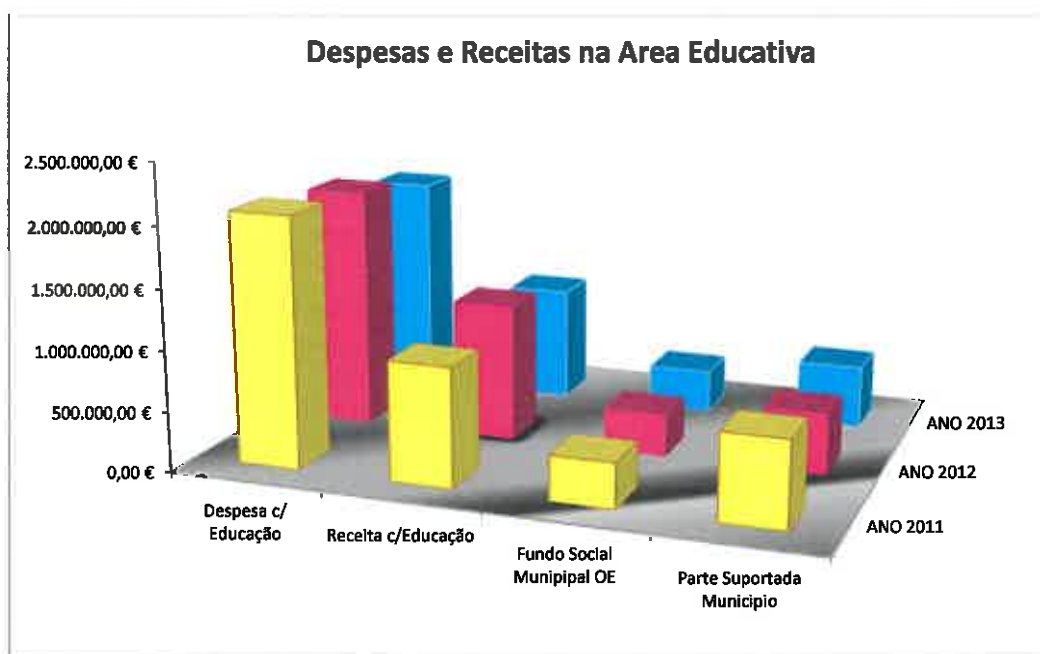
Com base no princípio do dever de informação estatuído no artigo 50º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, Lei das Finanças Locais, este município comunica à DGAL – através da aplicação SIIAL – as despesas elegíveis para atribuição e justificação deste fundo, as quais ascendem aos valores apresentados no quadro seguinte.

Despesas e Receitas na Área Educativa

Anos	Despesa c/ Educação	Receita c/Educação	Fundo Social municipal OE	Parte Suportada Município
ANO 2011	2.072.355,00 €	985.863,00 €	374.593,00 €	711.899,00 €
ANO 2012	2.004.376,00 €	1.144.767,00 €	353.725,00 €	505.884,00 €
ANO 2013	1.833.073,22 €	957.494,80 €	353.725,00 €	521.853,42 €

CTI



5 - Análise da Dívida de Curto, Médio e Longo Prazo

5.1 – Estrutura e Evolução da Dívida de Curto Prazo de Terceiros no Triénio de 2011/2013

	2011	2012	2013
Contribuintes C/C	1.985,94 €	12.324,08 €	13.690,16 €
Utentes C/C	47.413,74 €	195.905,71 €	231.402,70 €
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	19.147,59 €	19.147,59 €	19.147,59 €
Estado e outros entes públicos	17.957,12 €	59.112,49 €	126.283,28 €
Total	86.504,39 €	286.489,87 €	390.523,73 €

A Câmara Municipal para a satisfação das necessidades dos munícipes fornece-lhes um conjunto de bens e serviços mediante o pagamento de um determinado valor. Contudo, nem sempre esse pagamento é atempado, ou seja o fornecimento do bem ou a prestação do serviço nem sempre é acompanhado de imediato da correspondente contrapartida monetária.

De acordo com o quadro acima apresentado, em termos contabilísticos, os valores a receber de terceiros estão repartidos entre “contribuintes c/c” e “utentes c/c”. Consideram-se como “contribuintes c/c” todos os devedores de impostos ou taxas a pagar à autarquia e “utentes c/c” todos os utilizadores de bens e serviços autárquicos.

O valor registado no “Estado e outros entes públicos” diz respeito a um acréscimo pontual de IVA.

5.2 - Estrutura e Evolução da Dívida de Curto, Médio e Longo Prazo a Terceiros no Triénio de 2011/2013

Evolução da Dívida no Triénio 2011/2013

Un.: Euros

	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Dívida Financeira	4.308.088,54	4.259.663,72	3.642.289,21
Empréstimos Médio e Longo Prazo	4.308.088,54	4.259.663,72	3.642.289,21
Dívida Operacional	1.698.709,85	916.226,59	1.137.991,02
Fornecedores Conta Corrente	442.950,76	88.922,95	367.914,46
Fornecedores de Imobilizado	41.462,49	7.950,68	42.718,51
Estado e Entes Públicos	52.573,00	43.246,73	53.693,05
Administração Autárquica	90.440,51	27.076,95	39.740,30
Outros Credores	666.702,17	578.722,88	523.578,16
Leasing	251.547,39	170.306,40	110.346,54
Fornecedores Imobil. Empreiteiros	153.033,53		
Total do Passivo	6.006.798,39	5.175.890,31	4.780.280,23

No valor da dívida operacional está incluído o montante de 567.854,76€ referente a operações de tesouraria que incluem as cobranças que os serviços autárquicos realizam para terceiros e as garantias e cauções prestadas.

Dívida Financeira:

Nos termos do artigo 96.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, com a redação dada pela Lei n.º 51/2013, de 24 de junho, o aumento de receita do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), resultante do processo de avaliação geral dos prédios urbanos, constante do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 60-A/2011, de 30 de novembro, é obrigatoriamente utilizado na redução do endividamento de médio e longo prazo do município e/ou pagamento de dívidas a fornecedores registadas no SIAL a 30 de junho 2012, ou ainda na aplicação financeira a efectuar junto da Agencia de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública.

Neste sentido, foi este Município informado pela Direcção-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira que, para os efeitos previstos no supracitado artigo 96.º, este município registou uma variação positiva da receita do IMI no montante de 272.607,64€. Em consequência foi solicitada e aceite pelo banco BPI a amortização parcial antecipada, no montante de 275.000,00€ do capital em dívida do empréstimo contratado no montante de 1.750.000,00€, no dia 23 de dezembro. Esta opção contribuiu para que a dívida de médio e longo prazo registasse uma redução de 14,49%.

Dívida Operacional:

Verificou-se um aumento da dívida a curto prazo de 24,20%, cujo maior peso incidiu na dívida a fornecedores gerais (de bens e serviços correntes e de bens de investimento). Concluímos que a Câmara Municipal de Porto de Mós tem cumprido os compromissos assumidos, verificando-se uma redução do seu passivo em cerca de 7,64% em comparação com o ano transato.

6 - Prazo Médio de Pagamentos, em Dias

Considerando o período de 2011 a 2013, podemos observar pelo quadro seguinte que o prazo médio de pagamentos teve um acréscimo durante o ano de 2013, ficando abaixo do registado em 2011. Para apuramento destes valores são relevantes apenas os capítulos: “Aquisição de Bens e Serviços” e “Aquisição de Bens de Capital”. Outros fornecedores integrantes de outros capítulos, não são considerados neste critério.

Capítulos	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Aquis. Bens e Serviços	6.704.024,91 €	6.368.926,02 €	6.004.681,70 €
Aquis. Bens de capital	6.836.121,08 €	4.648.692,50 €	3.785.261,66 €
Total	13.540.145,99 €	11.017.618,52 €	9.789.943,36 €
Dívida a fornecedores	707.993,66 €	118.552,90 €	432.049,84 €
Prazo Médio em dias	19	4	16

7 - Endividamento Municipal

Nos termos do disposto no artigo 98º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2013) os limites de endividamento líquido e de médio e longo prazo para cada município em 2013, são apurados do seguinte modo:

“1 – Nos termos do n.º3 do artigo 5.º da Lei n.º2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de junho, 67-A/2007, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro e 22/2012, de 30 de maio, o limite de endividamento líquido de cada município para 2013, tendo em vista assegurar uma **variação global nula do endividamento líquido municipal no seu conjunto, corresponde ao menor dos seguintes valores:**

- Limite de endividamento líquido de 2012;**
- Limite resultante do disposto no n.º1 do artigo 37.º da Lei n.º2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de junho, 67-**

A/2007, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro e 22/2012, de 30 de maio.

2 – Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, **o limite de endividamento de médio e longo prazo para cada município em 2013 é o calculado nos termos do artigo 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de junho, 67-A/2007, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro e 22/2012, de 30 de maio.**

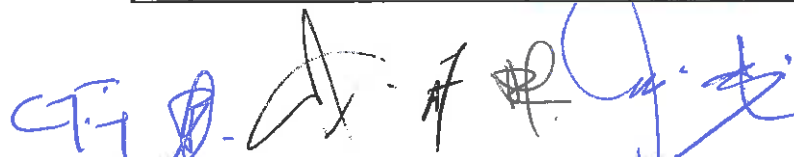
3 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, a celebração de novos contratos de empréstimo de médio e longo prazo é limitada ao **valor resultante do rateio do montante global das amortizações efetuadas pelos municípios no ano de 2011 proporcional à capacidade de endividamento disponível para cada município, aferida nos termos da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de junho, 67-A/2007, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro e 22/2012, de 30 de maio.**”

Neste sentido e por indicações da DGAL – Direcção-Geral das Autarquias Locais, os limites para a Câmara Municipal de Porto de Mós são:

Endividamento Líquido (EL)	Endividamento de médio e longo prazo (EMLP)	
Limite EL 2013	Rateio n.º 3 e n.º 8 art.º 98 OE/2013	Limite EMLP 2013
4.354.607	998.515	9.022.049

Os montantes de endividamento de médio e longo prazo e de endividamento líquido a 31/12/2013 ficaram aquém do limite imposto, conforme quadros que se seguem:

	Designação	Limite de Endividamento M/L prazo	Montante em 31/12/2013	Observações
(1)	Capital em dívida de médio e longo prazo	9.022.049€	3.642.289€	Saldo credor da conta 2312 - Empréstimos de M/L prazo
(2)	Capital em dívida de médio e longo prazo da AM (AMLEI)		0€	Em cumprimento com a alínea a) do n.º 2 do artigo 36º da Lei n.º 2/2007 de 15 de janeiro – Lei das Finanças Locais
(3)	Capital em dívida excepcionado do limite de endividamento		263.806€	Nos termos das alíneas a) e b) do n.º 2 do art.º 61.º da LFL e dos n.º 5 a 7 do art.º 33 do OE/2007
(4)	Capital em dívida de médio e longo prazo a considerar		3.378.483€	(4) = (1) + (2) – (3)





De acordo com o quadro acima referenciado, depreende-se que não se esgotou o limite concedido pela DGAL, tendo sido utilizados 3.642.289€ que contribuíram para a formação do endividamento legalmente autorizado, havendo ainda uma margem para utilização de novos empréstimos de 998.515€.

Cálculo do Endividamento Líquido Total

CONTAS	ACTIVOS	PASSIVOS
1. Disponibilidades	940.331	
2. Terceiros (excluindo os saldos das contas 2745,2749 e 414)	3.493.191	4.989.839
4. Imobilizações	175.885	
TOTAL	4.609.407	4.989.839
Endividamento Líquido Municipal (Passivos - Activos)		380.432
Endividamento Líquido da AM (AMLEI)		0
Endividamento Líquido Total		380.432

	Designação	Limite de Endividamento Líquido	Montante em 31/12/2013	Observações
(1)	Endividamento Líquido	4.354.607	380.432€	Corresponde à diferença entre passivos e ativos financeiros
(2)	Dívidas à EDP 1988		0	
(3)	Capital em dívida excepcionado do Limite de Endividamento		263.806€	Nos termos das alíneas a) e b) do n.º 2 do art.º 61.º da LFL e dos n.º 5 a 7 do art.º 33 do OE/2007
(4)	Endividamento Líquido a considerar		116.626€	(4) = (1)+(2)-(3)

O limite legal de endividamento líquido da autarquia permitido para o ano de 2013 era de **4.354.607€**. O valor do **endividamento líquido a considerar** apurado em 31 de dezembro foi de **116.626€**, correspondendo a cerca de **2,68%** do máximo legal permitido, ficando este Município muito aquém do referido limite, revelando uma boa “saúde” financeira.

8 – Execução das GOP'S e do Plano

São dois os documentos previsionais nos termos do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais: as Grandes Opções do Plano (GOP'S) e o Orçamento.

Portanto, para além da análise orçamental, importa também fazer uma análise à

execução destes documentos previsionais.

Nas GOP'S são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico e são constituídas por dois documentos: o Plano Plurianual de Investimentos (PPI), e as Atividades Mais Relevantes (AMR'S).

No PPI, que obrigatoriamente deve estar em consonância como orçamento, são discriminados todos os projectos de investimento relativamente aos quais se prevejam pagamentos durante o ano. A execução do PPI, fornece informação sobre a execução financeira dos projectos, reportada a 31 de dezembro de cada ano.

As AMR'S englobam as actividades que, não sendo investimentos, assumem importância para a actividade municipal.

8.1 - Grau de Execução das Atividades Mais Relevantes

As atividades mais relevantes no Município englobam acções que, pela sua dimensão, materialidade e finalidade, devem ter referência especial no âmbito das despesas correntes.

O montante previsto para a execução das atividades mais relevantes no exercício de 2013 foi de 3.691.719,32 € e o montante global executado de 3.222.882,26 €, verificando-se um grau de execução de 87,30%. Este elevado grau de execução fica a dever-se, nomeadamente, às “transferências entre administrações”, aos “Apoios a diversas entidades” e a contratos relacionados com a “recolha e tratamento de resíduos sólidos”.

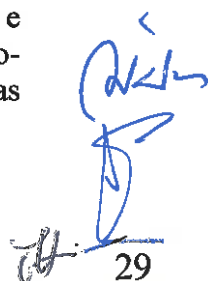
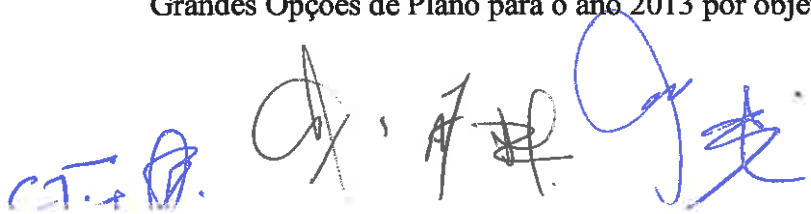
Destacam-se também os gastos com a educação, que incluem o apoio social às famílias, através do fornecimento de refeições aos alunos do Pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico, das atividades de enriquecimento curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico, bem como os encargos com os transportes escolares.

8.2 - Grau de Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI)

O valor final do Plano Plurianual de Investimentos para o ano 2013, espelha o investimento inicial previsto pelo Município, que foi de 5.009.061,98€ e o valor executado de 3.742.543,15 €, verificando-se um grau de execução de 74,72%.

8.3 - Resumo das Grandes Opções do Plano

O valor final das Grandes Opções de Plano para o ano 2013 que inclui as alterações e revisões feitas foi de 8.700.781,30 € e o valor executado de 6.965.425,41€ verificando-se um grau de execução de 80,06 %. O quadro seguinte evidencia a execução total das Grandes Opções de Plano para o ano 2013 por objetivos.



29

Ob. Prog.	Designação	Plano Final	Cabimento	Compromisso	Realizado Total	Pago
1	Funções Gerais	676.859,40	558.709,36	558.709,36	557.211,47	554.683,31
111	Administração Geral	465.080,00	406.263,42	406.263,42	404.765,53	404.435,53
120	Segurança e Ordem Públicas	25.000,00	0	0	0	0
121	Incêndios	185.779,40	152.445,94	152.445,94	152.445,94	150.247,78
2	Funções Sociais	5.834.311,90	5.052.247,45	5.052.247,45	4.882.857,93	4.730.450,85
210	Educação Jardins Infância	56.000,00	7.685,46	7.685,46	7.685,46	7.685,46
211	Ensino Básico	459.620,00	336.530,93	336.530,93	336.530,93	336.245,75
212	Serviços Auxiliares de Ensino	1033.068,72	917.702,51	917.702,51	908.934,91	821.426,10
220	Saúde	100.000,00	82.000,00	82.000,00	82.000,00	82.000,00
232	Ação Social	45.000,00	22.022,59	22.022,59	22.022,59	22.022,59
242	Ordenamento do Território	645.000,00	564.375,29	564.375,29	533.606,29	525.045,49
243	Saneamento	773.600,00	700.744,42	700.744,42	700.744,42	700.744,42
244	Abastecimento de Água	682.192,58	636.023,35	636.023,35	519.352,81	488.592,67
245	Resíduos Sólidos	957.500,00	923.212,25	923.212,25	914.278,57	892.903,32
246	Prot. Meio Ambiente C.Nat.	25.500,00	2.309,15	2.309,15	2.309,15	2.309,15
251	Cultura	217.930,60	168.701,15	168.701,15	168.701,15	166.339,55
252	Desporto, Recreio e Lazer	462.400,00	368.678,63	368.678,63	364.429,98	362.874,63
253	Outras Act. Cív. e Religiosas	65.000,00	52.000,00	52.000,00	52.000,00	52.000,00
254	Jardins e Arborizações	311.500,00	270.261,72	270.261,72	270.261,72	270.261,72
3	Funções Económicas	1.713.110,00	1.427.180,55	1.427.180,55	1.246.878,40	1.246.333,84
320	Indústria e Energia	214.000,00	158.960,37	158.960,37	104.772,39	104.772,39
330	Transp. e Comunicações	1304.810,00	1.189.376,81	1.189.376,81	1.116.447,64	1.116.903,08
341	Mercados e Feiras	111.800,00	25.658,37	25.658,37	25.658,37	25.658,37
342	Turismo	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
351	Investimentos Financeiros	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
352	Competitividade e Inovação	81.000,00	73.185,00	73.185,00	0,00	0,00
4	Outras Funções	477.500,00	444.160,13	444.160,13	434.093,41	433.957,41
420	Transf. Entre Administrações	477.500,00	444.160,13	444.160,13	434.093,41	433.957,41
Total		8.700.761,30	7.482.297,45	7.482.297,45	7.121.041,28	6.965.425,41

Resumo da Execução das GOP'S

	PPI	AMR	Total GOP'S	%
Funções Gerais	410.259,49 €	144.423,82 €	554.683,31 €	7,96%
Funções Sociais	2.085.949,82 €	2.644.501,03 €	4.730.450,85 €	67,91%
Funções Económicas	1.246.333,84 €	0,00 €	1.246.333,84 €	17,89%
Outras Funções	0,00 €	433.957,41 €	433.957,41 €	6,23%
Total	3.742.543,15 €	3.222.882,26 €	6.965.425,41 €	100,00%

9 – Análise da Situação Económica e Financeira

9.1 - Balanço e Demonstração de Resultados

9.1.1 - Balanço

O Balanço e a Demonstração de Resultados apresentados proporcionam uma visão completa sobre a situação financeira e patrimonial do Município no final do exercício de 2013.

Un.: Euros

Balanço	2011	2012	2013
Ativo	50.153.772,45	53.149.234,39	56.860.381,71
Ativo Fixo	47.477.759,41	50.143.594,75	50.711.792,05
• Imobilizado	47.477.759,41	50.143.594,75	50.711.792,05
Ativo Circulante	2.669.831,18	3.007.846,34	2.992.229,81
• Existências	1.552.458,37	1.610.577,04	1.680.522,37
• Dívidas de Terceiros	67.356,80	267.342,28	371.376,14
• Disponibilidades	1.050.016,01	1.091.675,90	940.331,30
Acréscimos e Diferimentos	6.181,86	36.044,42	3.156.359,85
Fundos Próprios	33.385.697,18	36.272.920,26	40.377.666,84
• Património	17.241.938,72	17.241.938,72	17.241.938,72
• Reservas	508.907,59	584.981,73	698.687,68
• Resultados Transitados	14.113.368,17	16.459.186,73	18.347.459,16
• Resultados Líquidos	1.521.482,70	1.986.813,08	4.089.581,28
Passivo	16.768.075,27	16.876.314,13	16.482.714,87
Passivo Exigível	6.006.798,39	5.175.890,31	4.780.280,23
• Div. a Terceiros – médio e longo prazo	4.308.088,54	4.259.663,72	3.642.289,21
• Dívidas a Terceiros – curto prazo	1.698.709,85	916.226,59	1.137.991,02
Passivo Não Exigível	10.761.276,88	11.700.423,82	11.702.434,64
• Acréscimos e Diferimentos	10.761.276,88	11.700.423,82	11.702.434,64

O total do Ativo Líquido atingiu em 2013 o montante de **56.860.381,71€** traduzindo um acréscimo de 6,98% face ao ano transato, impulsionado essencialmente pelo aumento

nos acréscimos e diferimentos gerado pelo respeito ao princípio da especialização de exercícios.

Os Fundos Próprios tiveram uma evolução positiva e fixaram-se em **40.377.666,84€**, traduzindo uma subida de 11,32% em relação ao ano 2012, justificado pelo aumento do Resultado Líquido de Exercício.

O passivo exigível do Município é, principalmente, de médio e longo prazo, não fazendo, deste modo pressão imediata sobre a tesouraria. Para além disso, assume também um peso reduzido quando comparado com o valor dos Fundos Próprios.

A expressiva rubrica de proveitos diferidos de 11.439.182,98€ diz respeito ao diferimento dos apoios financeiros provenientes de fundos comunitários, que vão sendo incorporados nos proveitos de cada exercício económico, em função das taxas de amortização do imobilizado.

9.1.2 - Demonstração de Resultados

O Resultado Líquido de Exercício de 2013 totalizou 4.089.581,28€, o que representa um aumento relativamente ao ano transato de 2.102.768,20€. Conforme se pode verificar pelo quadro seguinte, esta grande variação positiva tem origem, quase na sua totalidade, nos resultados operacionais.

Un.: Euros

Resumo da Demonstração de Resultados		2011	2012	2013
Resultados Operacionais:	(A)	1.628.496,73	1.705.049,79	3.840.422,17
Resultados Financeiros:	(B)	-75.442,04	-60.123,38	-25.435,54
Resultados Correntes:	(A)+(B)	1.553.054,69	1.644.926,41	3.814.986,63
Resultados Extraordinários:	(C)	-31.571,99	341.886,67	274.594,65
Resultado Líq. de Exercício:	(A)+(B)+(C)	1.521.482,70	1.986.813,08	4.089.581,28^(a)

(a) Inclui o montante de 2.860.625,84€ referente à diferença positiva resultante da implementação do princípio de especialização de exercícios, situação não contemplada em anos anteriores. Ver nota ao balanço e demonstração de resultados, alínea f), ponto 8.2.3.

9.2 - Indicadores de Estrutura e Gestão Patrimonial

A análise dos indicadores de gestão patrimonial têm como objetivo ajudar a perceber as linhas gerais de orientação utilizadas na condução dos destinos da Autarquia e os seus efeitos ao nível, nomeadamente, dos investimentos e dos financiamentos. São ainda um bom instrumento para medir a liquidez, o endividamento e a capacidade da Autarquia para solver os seus compromissos.

9.2.1 – Rácios de Liquidez

Rácios		2011	2012	2013
Liquidez Geral	<u>Ativo Circulante</u> Passivo a Curto Prazo	157,17%	324,11%	262,94%
Liquidez Reduzida	<u>(Ativo Circulante-Existências)</u> Passivo a Curto Prazo	65,78%	148,33%	115,27%
Liquidez Imediata	<u>Disponibilidades</u> Passivo a Curto Prazo	61,81%	119,15%	82,63%

Liquidez Geral

Este indicador relaciona agregados do ativo, que são facilmente “transformáveis em dinheiro”, com agregados do passivo circulante a curto prazo, ou seja, avalia as menores ou maiores dificuldades de tesouraria.

No caso deste Município o rácio corresponde a 262,94% e demonstra que o município “vendendo” este tipo de ativos seriam mais que suficientes para fazer face aos compromissos assumidos a curto prazo.

Liquidez Reduzida

Este indicador interpreta-se da mesma forma do anterior, embora a rapidez de satisfação da dívida seja agora analisada de maneira mais restrita, isto é, não tendo em consideração o montante das existências.

Liquidez Imediata

É o indicador que mede o grau de cobertura dos créditos a curto prazo por disponibilidades de tesouraria. Ao analisar este rácio conclui-se que se o município pretendesse em 31.12.2013 pagar, a dinheiro, a sua dívida de curto prazo, podia fazê-lo em 82,63% do seu valor total.

9.2.2 – Rácios de Alavanca Financeira

Rácios		2011	2012	2013
Endividamento	<u>Dívidas a terceiros CMLP</u> Ativo Líquido a)	19,04%	15,00%	12,51%
Estrutura do Endividamento	<u>Dívidas a terceiros CP</u> Ativo Líquido a)	5,38%	2,66%	2,98%
Grau de dependência dos empréstimos	<u>Empréstimos CMLP</u> Ativo Líquido a)	13,65%	12,35%	9,53%

a) Ao activo líquido subtraiu-se o valor líquido dos bens de domínio público, pelo facto destes serem inalienáveis

Endividamento

Este rácio de alavanca financeira, é um indicador do risco financeiro inerente ao endividamento. Indica que a autarquia financia através de fundos alheios 12,51% dos seus investimentos. Como se pode verificar este rácio tem tido uma tendência decrescente, traduzindo uma redução de risco financeiro.

Estrutura do endividamento

O peso da dívida de curto prazo a terceiros é de 2,98% do ativo líquido, ou seja, o Município financia a sua atividade com 2,98% de capitais alheios de curto prazo.

Grau de Dependência dos Empréstimos

Este indicador permite medir o grau de dependência do ativo líquido relativamente a empréstimos contraídos pela autarquia. Ao verificar o valor deste rácio, conclui-se que a autarquia financia o seu investimento no ativo com 9,53% de capital alheio de médio e longo prazo.

9.2.3 – Rácios de Solvabilidade e Autonomia

Rácios		2011	2012	2013
Autonomia Financeira	$\frac{\text{Fundos Próprios}}{\text{Ativo Líquido}}$	66,57%	68,25%	71,01%
Solvabilidade	$\frac{\text{Fundos Próprios}}{\text{Passivo Total}}$	199,10%	214,93%	244,97%

O índice de autonomia financeira traduz a capacidade do Município em financiar o seu ativo com capitais próprios, sem ter de recorrer a empréstimos de médio e longo prazo. Como se pode verificar, os Fundos Próprios deste Município cobrem 71,01% do total do ativo líquido, evidenciando uma situação bastante confortável.

Quanto à solvabilidade do Município, a situação é excelente por revelar um acentuado e constante crescimento ao longo do triénio analisado, atingindo em 31.12.2013 um valor que vai muito além da cobertura total do passivo por fundos próprios.

9.3 - Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

9.3.1 - Notas de acordo com o Ponto 8.2 do POCAL

Ponto 8.2.1 Não se aplica.

Ponto 8.2.2 Para efeitos de comparação, do Balanço e da Demonstração de Resultados, com o exercício anterior, há que ter em conta as alterações a seguir indicadas:

- No Balanço, e em cumprimento do princípio da especialização de exercícios, a conta 271 – Acréscimos de Proveitos, passou a registar

proveitos referentes ao exercício de 2013 cuja cobrança só se realizará em 2014 no montante total de 3.123.877,50€, e na conta 273 – Acréscimos de Custos, foi registado o valor de 263.251,16€ relativo aos direitos de férias, subsídio de férias vencidos a 31 de dezembro, bem como os encargos de cobrança de impostos, embora o pagamento dos mesmos só ocorra no exercício de 2014;

Ponto 8.2.3 Critérios Valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os que se encontram definidos no POCAL.

Assim:

a) Imobilizações Corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, ou no caso deste ser desconhecido foram valorizados de acordo com o valor patrimonial atribuído.

b) Existências

As existências são valorizadas ao custo de aquisição. O método de custeio das saídas de armazém utilizado é o do custo médio ponderado.

c) Amortizações

As amortizações do ativo imobilizado foi realizada de acordo com as taxas de amortizações estabelecidas na Portaria nº 671/2000, de 17 de abril de 2000 - CIBE (Cadastro e Inventário dos Bens do Estado), pelo método das quotas constantes.

d) Vendas e Prestações de Serviços

Os valores incluídos nas rubricas vendas e prestação de serviços resultam da aplicação das tarifas e taxas contempladas no regulamento e tabela de taxas e outras receitas do Município de Porto de Mós e Regulamento do Tarifário da Prestação dos Serviços de Abastecimento de Águas, de Tratamento de Águas Residuais e de Recolha de Resíduos Sólidos do Município de Porto de Mós, aprovados em Assembleia Municipal.

e) Fornecimento e Serviços Externos

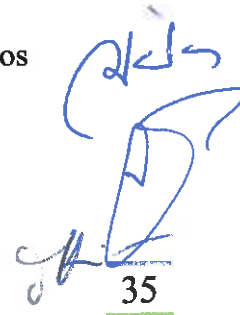
Os custos incluídos nesta rubrica foram registados ao custo de aquisição resultantes de prévia adjudicação.

f) Acréscimos e diferimentos

Os proveitos e os custos foram reconhecidos em obediência ao princípio da especialização de exercícios ou regime do acréscimo.

Os quadros seguintes demonstram os acréscimos e diferimentos considerados no exercício de 2013.





- Acréscimo de Proveitos

ACRÉSCIMO DE PROVEITOS

		Uni.: Euros
Conta	Designação	Valor
2711	Juros a Receber	53,02
2719	Outros Acréscimos de Proveitos	
	IMI	1.895.166,00
	IMT	61.639,97
	IUC	55.399,75
	Derrama	408.903,00
	IRS	546.664,00
	Direção Geral Estab. Escolares DGEST	131.508,84
	Instituto Conservação Natureza (F.Florestal)	16.820,72
	Instituto Financia.Agricultura Pescas (Fruta Escolar)	7.722,20
Total		3.123.877,50

- Acréscimo de Custos

ACRÉSCIMO DE CUSTOS

		Uni.: Euros
Conta	Designação	Valor
273	Acréscimo de Custos	
2732	Remunerações a Liquidar (subsídio de férias)	212.952,50
2739	Outros Acréscimos Custos (impostos)	50.299,16
Total		263.251,66

- Proveitos Diferidos

PROVEITOS DIFERIDOS – SUBSÍDIOS PARA INVESTIMENTO

Designação	Valor
Remod. iluminação publica em várias zonas do Concelho	29.964,91 €
Reservatório nas Fontainhas	3.198,96 €
Estrada Nacional 242-2	171.254,55 €
Espaço verde integrado Norte da Igreja de São Pedro / Praça da Republica	12.349,89 €
Projecto Leiria Região Digital	22.978,70 €
Requalificação Ed.Paços concelho	217.973,51 €
Plano Municipal Ordenamento Territorial	30.250,00 €
Arrelvamento do campo sintético de Porto de Mós	111.294,81 €
Reservatório nas Pedreiras	7.947,90 €
Área Ludico Desportiva Alqueidão da Serra	25.696,53 €
Practica de Desportos ao ar Livre - Alvados	33.448,00 €
Rede Viária - Pavimentação de arruamentos em Alcaria e Alvados (calçada) - praud	5.054,90 €
Recuperação do percurso e Estações da via sacra	2.250,58 €
Pavimentação da Rua Conceição Abreu	2.005,17 €
Arranjos Exteriores do Castelo - Junto ao Cemiterio	6.526,59 €
Requalificação Praça da Republica	27.890,80 €
Construção Extensão de saúde do Juncal	235.217,70 €
Recuperação do percurso e Estações da via sacra	29.237,00 €
Requalificação Praça da Republica	32.550,00 €
Grande reparação varios caminhos Cm 1352, 1351 e 1269	142.096,76 €
Rede Viária - Estrada de acesso à Heliporta ou Heliporto de Alcaria - Chão Zinho/Helipista	37.504,35 €
Estrada entre Mendiga e Cabeça das Pombas	87.281,11 €
Caminho Rural Adam/Montes - Estrada da Charneca	76.236,84 €
Construção do Parque Industrial P.M. 1ª fase, 2ª fase e 3ª fase	498.969,56 €
Arranjo Urbanístico do Rossio	73.062,05 €
Rede de Abastecimento de Água a S. Bento	316.336,49 €
Ampliação da rede de saneamento de porto de mos - rio alcaide, ribeira de cima e outros lugares	61.575,28 €
Ampliação da Pré escola de S.Bento	21.406,72 €
Construção da Pré escola de Alqueidão da Serra	91.188,20 €
Construção da zona desp. - Complexo Piscinas Municipais	1.599.004,45 €
Abertura do Arruamento VDGI	128.268,19 €
Arranjo envolvente polidesportivo do Alqueidão da Serra	62.308,47 €
RAR Tojal de Baixo/Tojal de Cima/Bom Sucesso e Ribeira de Baixo/Fonte do Oleiro/Mendigos	123.886,73 €
Construção Parque Industrial de Mira Daire - 1ª fase	135.510,02 €
Ampliação do Jardim Infancia Casais Garridos	37.857,90 €
Construção do Jardim Infancia da Corredoura	155.259,53 €
Beneficiação da EN 362	151.783,89 €
Construção do Polidesportivo do Juncal	471.348,77 €
Embelezamento do Rio Lena - Est. dos muros e taludes	44.692,98 €
Praça Armenio Marques	6.294,10 €
Ampliação da Escola Básica de São Jorge	158.227,37 €
Construção da Casa da Cultura de Mira de Aire	1.353.848,34 €
Construção do Polo Educativo de São Bento	177.851,28 €
Obras da Heliporta de Alcaria / Centro Municipal de Proteção Civil	126.772,86 €
Parque da Vila de Porto de Mós	1.422.125,99 €
Requalificação da Rua 5 de Outubro e Mestre de Avis	103.458,05 €
Remodelação da Conduta do Tojal	135.431,56 €
Construção da Ecopista - Reconversão da linha ferrea	320.243,61 €
Espaço Jovem - Requalif.antigas piscinas	229.781,68 €
Abastecimento de água ao livramento	89.233,84 €
Ampliação da Rede de Aguas a São Bento/Penedos Belos	81.595,86 €
Requal. Av. Da Liberdade / Rua Adriano Carvalho e Av. Santo António/ Av. Francisco Sá Carneiro	559.230,36 €
Requalificação da Frente Ribeirinha	157.706,23 €
Requalificação Alameda Dom afonso Henriques	99.204,82 €
Projecto Simplex autarquico - Equipamento Informatico	5.461,68 €
Saneamento de Mira de Aire 1ª fase	1.090.046,58 €
Total	11.439.182,98 €

Ponto 8.2.4 Não se aplica

Ponto 8.2.5 Não se aplica

Ponto 8.2.6 Não se aplica

Ponto 8.2.7 (ver mapas em anexo – Mapas do “Ativo Bruto” e “Amortizações e Provisões”)

Ponto 8.2.8

Os Bens do Ativo Imobilizado agrupados por grupos homogêneos, bem como o mapa de Bens Imóveis (terrenos, edifícios e outras construções) e de Viaturas, desagregado elemento a elemento, estão refletidos nos mapas em anexo.

Subsídios para Financiamento do Imobilizado Corpóreo

Alguns dos bens inventariados foram financiados.

Os subsídios recebidos para financiamento de aquisições de Imobilizações Corpóreas são registados no Balanço, no passivo, como proveitos diferidos na rubrica acréscimos e deferimentos e reconhecidos anualmente como proveitos extraordinários, (conta 7983 – Transferências de Capital evidenciados na Demonstração de Resultados Extraordinários), proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

Notas a algumas contas:

Imobilizado em Curso

Existem bens imóveis contabilizados no balanço na conta “imobilizado em curso”, que não foram transferidos para imobilizado dado que ainda não estão registados em nome do município.

Abates e Transferências de Bens do Ativo Imobilizado

Durante o ano 2013 foram feitas transferências de bens do ativo imobilizado entre secções/serviços e abates de alguns bens pertencentes ao Município.

Ponto 8.2.9 Não se aplica

Ponto 8.2.10 Não se aplica

Ponto 8.2.11 Não se aplica

Ponto 8.2.12 Imobilizações em Poder de Terceiros

Entidades Pagadoras	Nº Contribuinte	Rendimentos de Propriedade do Município Ano 2013			
		Terrenos	Edifícios	Habitacões	Outros
Vodafone Portugal Comunicações Pessoais Sa	502544180	5.088,24			
Be Towering - Gestão de Torres e Tel. Sa	505664798	3.480,00			
Portugal telecom SGPS	503215058	2.847,24			
PECF- Parque Eólico de Chão de Falcão, Lda	505910411				200.114,46
EDP - Distribuição de Energia, Sa	504394029				566.503,23
Clube de Caça e Pesca Vale do Lena	507410135		334,86		
Clube de Caça e Pesca das Freguesias de Alpedriz	505076837		347,40		
Sousa Carreira e Vala (Esplanada Jardim)	502086815		7.408,35		
Habitacão Social				149,04	
Bencaça - Clube de Caça de S. Bento	502881860		347,40		
Coral Calçada Romana Associação Cultural	507246373				
Sendiga - Clube de Caçadores das Freguesias Serro Ventoso e Mendiga	504881450		179,88		
Diana Margarida da Silva Alves (cafetaria Parque da Vila Port de Mós)	236085743		4.329,60		
Associação de Artesãos Serra Aire Candeeiros	503025720		300,00		
Total		11.415,48	13.247,49	149,04	766.617,69

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

[Handwritten signature and initials in blue ink]

Ponto 8.2.13 Bens de locação financeira

RUBRICA	DESIGNAÇÃO DO BEM	ACTIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	ACTIVO LÍQUIDO
424040106	Toyota Hilux	20.498,92 €	6.684,77 €	13.814,15 €
424040107	Toyota Dyna	29.610,55 €	14.805,28 €	14.805,27 €
424040108	Toyota Yaris	16.681,44 €	6.542,53 €	10.138,91 €
424040303	Retroescavadora JCB	46.087,60 €	9.871,95 €	36.215,65 €
423017	Microgeração de Energia Eléctrica na Escola de Alvados	19.978,92 €	5.705,96 €	14.272,96 €
423017	Microgeração de Energia Eléctrica na Escola de Arrimal	22.710,21 €	6.486,04 €	16.224,17 €
423017	Microgeração de Energia Eléctrica na Escola de Calvaria de Cima	22.710,21 €	6.486,04 €	16.224,17 €
423017	Microgeração de Energia Eléctrica na Escola de São Jorge	22.710,21 €	6.486,04 €	16.224,17 €
423017	Microgeração de Energia Eléctrica na Escola do Juncal	22.710,21 €	6.486,04 €	16.224,17 €
423017	Microgeração de Energia Eléctrica na Escola da Mendiga	22.710,21 €	6.486,04 €	16.224,17 €
423017	Microgeração de Energia Eléctrica na Escola de Porto de Mós	22.710,21 €	6.486,04 €	16.224,17 €
423017	Microgeração de Energia Eléctrica na Escola de Serro Ventoso	19.978,92 €	5.705,96 €	14.272,96 €
423017	Microgeração de Energia Eléctrica na Cantina Escolar de Porto de Mós	19.978,92 €	5.705,96 €	14.272,96 €

Ponto 8.2.14 Relação dos Bens do Imobilizado que não foi possível valorizar

Existem bens imóveis ainda não incluídos no inventário por não estarem devidamente registados, razão pela qual também não figuraram no Balanço. Anexa-se uma lista dos bens nesta situação.

Existem ainda alguns bens que, por serem muito antigos, não é possível valorizá-los criteriosamente. A sua valorização com recurso à avaliação técnica mostra-se injustificada, pelo que os mesmos assumiram o valor zero até que sejam objeto de uma grande reparação para, a partir daí, serem valorizados. Anexa-se uma lista contendo os bens nesta situação.

Ponto 8.2.15 (Não se aplica)

Ponto 8.2.16 Investimentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2013 os investimentos financeiros em empresas associadas tinham a composição apresentada no quadro abaixo. Os Investimentos Financeiros estão evidenciados no Balanço na Conta 411 – Partes de Capital.

(Euros)				
DESIGNAÇÃO	SEDE	PARCELA DETIDA PELO MUNICIPIO	CAPITAIS PRÓPRIOS DA EMPRESA PARTICIPADA	RESULTADO DO EXERCÍCIO DA EMPRESA PARTICIPADA
Mapicentro - S.A.	Ponte das Mestres Barosa 2400 Leiria	46 Ações	(a)	(a)
Simlis - Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, S.A.	Rua Anzebino da Cruz Saraiva, 318 - 1º G 2401-904 Leiria	16 211 Ações 1,62%	-849.391	1.253.958
Valoris - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	Aterro Sanitário de Leiria, Quinta do Banco , Parceiros, Apartado 157 2416-902 Leiria	17 320 Ações 4,33%	(a)	(a)
WRC - Web para a Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, S.A.	Curia Tecnoparque 3780-544 Curia	1 500 Ações 0,55%	714.054,73	4.044,47
OPEN - Associação para Oportunidades Específicas de Negócio	Zona Industrial da Marinha Grande Rua da Bélgica, Lote 18 Apartado 78 2431-901 Marinha Grande	1 Unidade de Participação	(a)	(a)

(a) até à data os dados não foram comunicados pelas empresas

Em 2013 o Município de Porto de Mós manteve a garantia bancária, no montante de 87.705,01€, prestada a favor da SIMLIS - Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, SA.

Ponto 8.2.17 Não se aplica

Ponto 8.2.18 Não se aplica

Ponto 8.2.19 Não se aplica

Ponto 8.2.20 Não se aplica

Ponto 8.2.21 Não se aplica

Ponto 8.2.22 Dívidas de Terceiros de Cobrança Duvidosa

O valor das dívidas de cobrança duvidosa é o que consta na conta 2.1.8. – clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa e respeita a dívidas de clientes de água.

Ponto 8.2.23 Não se aplica

Ponto 8.2.24 Não se aplica

Ponto 8.2.25 Não se aplica

Ponto 8.2.26 (Ver mapa em anexo – Mapa “Contas de Ordem”)

Ponto 8.2.27 (Ver mapa anexo – Mapa “Desdobramento das Conta de Provisões Acumuladas”)

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom left of the page.

Handwritten signature in blue ink at the bottom right of the page.

Ponto 8.2.28 Justificação dos Movimentos ocorridos na classe 5 “Fundo Patrimonial” no exercício do ano 2013

O saldo da conta 59 – Resultados Transitados inclui o montante de 800,00 €, referente a regularizações a favor do património deste Município, de um bem existente no museu municipal cuja avaliação técnica foi feita no ano 2013.

Ponto 8.2.29 (Ver mapa em anexo – Mapa “Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas”)

Ponto 8.2.30 Não se aplica

Ponto 8.2.31 Demonstração dos Resultados Financeiros

Os resultados financeiros do exercício de 2013 têm a composição evidenciada no mapa “Demonstração de Resultados Financeiros”.

Ponto 8.2.32 Demonstração dos Resultados Extraordinários

Os resultados extraordinários do exercício de 2013 têm a composição evidenciada no mapa “Demonstração de Resultados Extraordinários”.

10 – Contabilidade de Custos

Em cumprimento do disposto no ponto 2.8.3 do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL, este Município tem desenvolvido desde o ano 2008 o sistema de contabilidade de custos. Trata-se de um sistema complexo que começou a ser implementado de modo faseado.

Com o decorrer do tempo, tem sido melhorado e ajustado à realidade operacional da organização. Tem evoluído em termos de abrangência e em qualidade de informação importante para a tomada de decisão do executivo municipal. Atualmente esta fonte de dados úteis à gestão verifica-se nas áreas da educação, das águas e de outros serviços com centros de custos criados para responder às necessidades crescentes.

Ao longo do ano 2013, continuou-se a melhorar e aprofundar este sistema de contabilidade, o que permitiu o apuramento dos custos do Município por bens e serviços.

Todos os custos do Município foram tratados, tendo sido repartidos por custos diretos, indirectos e não incorporáveis.

Os **custos diretos de bens e serviços** são custos incorridos com a aquisição de materiais, imputação de mão de obra, máquinas e viaturas e tem uma relação direta com os bens e serviços.

Os **custos não incorporáveis** são custos cuja natureza oferece grande dificuldade de imputação correta a um bem, serviço ou função específica, tais como abates, amortizações extraordinárias, juros de mora, acertos de IVA, regularizações e outros. Por esta razão não foram objecto de incorporação, encontrando-se registados na conta 69 e algumas transferências da conta 63.

Existem outros custos que podem ser imputados:

- diretamente de bens/serviços;
- diretamente da função (indiretos de bens e serviços);
- não incorporáveis a bens/serviços/função.

O Plano Classificação Funcional, a Tabela de Bens e a Tabela de serviços, ambas para o ano económico 2013, encontram-se anexas ao presente relatório.

Os proveitos foram objecto de classificação analítica embora o POCAL não o exija. Em obediência ao princípio de especialização de exercícios, os proveitos são reconhecidos nas datas em que são gerados independentemente do seu recebimento ou não.

10.1- Repartição dos Custos

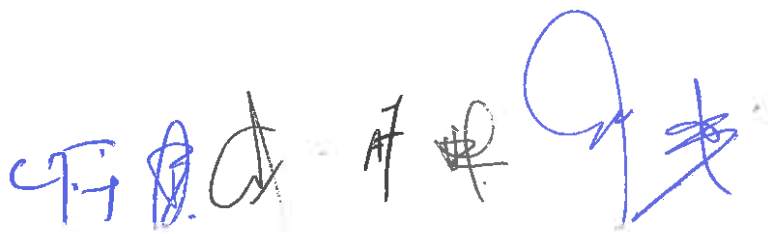
O custo das funções, dos bens e dos serviços corresponde aos respectivos custos directos e indirectos relacionados com a produção, distribuição, administração geral e financeiros.

A imputação dos custos indirectos efectua-se, após o apuramento dos custos directos por função, através de coeficientes.

Estabelece o Ponto 2.8.3 do POCAL que:

1. o coeficiente de imputação dos custos indirectos de cada função corresponde à percentagem do total dos respetivos custos directos no total geral dos custos directos apurados em todas as funções;
2. o coeficiente de imputação dos custos indirectos de cada bem e serviço corresponde à percentagem do total dos respetivos custos directos no total dos custos directos da função em que se enquadram.

Através da análise dos resultados finais produzidos pela aplicação relativa aos quadros, CC-7 – Apuramento de custos de Bem ou Serviço, CC-8 – Apuramento de custos directos da função e CC-9 – Apuramento de custos por função, procedemos à construção de alguns mapas.



43

Apuramento de custos por função

Funções	Tipo de Custos		Total Ano 2013
	Diretos de Bens e Serviços	Indiretos de Bens e Serviços	
111 Administração geral	531.991,14 €	2.476.813,06 €	3.008.804,20 €
121 Proteção civil e luta contra incêndios	170.872,81 €	17.634,45 €	188.507,26 €
210 Educação	250.287,73 €	1.557.449,65 €	1.807.737,38 €
212 Serviços auxiliares de ensino	1.073.171,26 €	0,00 €	1.073.171,26 €
220 Saúde	4.054,79 €	16.447,04 €	20.501,83 €
232 Ação social	19.729,27 €	134.493,63 €	154.222,90 €
242 Ordenamento do território	113.453,00 €	98.504,81 €	211.957,81 €
243 Saneamento	615.592,12 €	211.014,15 €	826.606,27 €
244 Abastecimento de água	1.054.469,25 €	329.414,07 €	1.383.883,32 €
245 Resíduos sólidos	834.847,80 €	15.529,92 €	850.377,72 €
246 Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	105.100,42 €	264.779,63 €	369.880,05 €
251 Cultura	386.015,72 €	408.392,45 €	794.408,17 €
252 Desporto, recreio e lazer	308.303,87 €	451.651,54 €	759.955,41 €
253 Outras atividades cívicas e religiosas	5.150,77 €	60.721,15 €	65.871,92 €
320 Indústria e energia	9.443,78 €	773.151,63 €	782.595,41 €
331 Transportes rodoviários	315.326,38 €	1.283.189,01 €	1.598.515,39 €
341 Mercados e feiras	22.531,48 €	669,83 €	23.201,31 €
Total			13.920.197,61 €

As funções com maior peso no total dos custos incorridos durante o ano 2013 são, a administração geral, educação, serviços auxiliares de ensino, transportes rodoviários e abastecimento de água.

Apuramento de custos directos da função

Os quadros abaixo evidenciam o apuramento dos custos por funções, repartindo os custos directos por bens e serviços afectos a cada uma e os custos indirectos também aos bens e serviços que se traduzem em custos directos da função correspondente.

• **Função: 111 Administração Geral**

Função: 111 Administração Geral		
Custos diretos de bens e serviços		Valor ano 2013
Bem:	Edifício Paços Concelho	34.040,59 €
Bem:	Edifício Gorjões	5.233,07 €
Bem:	Edifício rua das Quintas	43.430,78 €
Bem:	Edifício antiga cadeia	1.128,34 €
Bem:	Edifício Livramento (Artesãos)	0,00 €
Bem:	Edifício Casa dos Calados	2.829,00 €
Bem:	Edifício Casais Baixo	0,00 €
Bem:	Edifício apoio centro ar livre (Alvados)	0,00 €
Bem:	Edifício Bouceiros	313,84 €
Bem:	Edifício Cabeça Veada	530,56 €
Bem:	Edifício Poço Chainça (São Bento)	269,83 €
Bem:	Edifício Casais Vales	173,38 €
Bem:	Edifício Mato Velho (Serro Ventoso)	27,81 €
Bem:	Edifício Chão Pardo	62,87 €
Serviço:	Serviços Administrativos	189.195,13 €
Serviço:	Serviços Operacionais	88.120,75 €
Serviço:	Loteamentos e Obras	42,93 €
Serviço:	Publicidade	43,43 €
Serviço:	Ocupação da via pública	41,18 €
Serviço:	Caça	0,00 €
Serviço:	Inspecção de elevadores	1.457,55 €
Serviço:	Rendas	0,00 €
Serviço:	Venda de Imóveis	0,00 €
Serviço:	Transferências / Impostos	165.050,10 €
(1) Custos diretos de bens e serviços - Total		531.991,14 €
(2) Custos Indiretos de bens e serviços		2.476.813,06 €
Total (1) + (2)		3.008.804,20 €

• **Função: 121 Protecção Civil e Luta Contra Incêndios**

Função: 121 Protecção Civil e Luta Contra Incêndios		
Custos diretos de bens e serviços		Valor ano 2013
Bem:	Helipista	7.297,31€
Serviço:	Protecção Civil e Luta Contra Incêndios	163.575,5€
(1) Custos diretos de bens e serviços - Total		170.872,81€
(2) Custos Indiretos de bens e serviços		17.634,45€
Total (1) + (2)		188.507,26€

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom left of the page.

Handwritten signature and initials in blue ink at the bottom right of the page.

• **Função: 210 Educação**

Função: 210 Educação		
Custos diretos de bens e serviços		Valor ano 2013
Bem:	JI Alqueidão da Serra	5.190,57 €
Bem:	JI Alvados	2.547,65 €
Bem:	JI Arrimal	4.106,91 €
Bem:	JI Calvaria de Cima	2.473,39 €
Bem:	JI Casais Garridos	1.609,76 €
Bem:	JI Corredoura	1.099,69 €
Bem:	JI Cruz da Léguas	1.243,30 €
Bem:	JI Cumeira de Cima	504,60 €
Bem:	JI Fonte Oleiro	999,44 €
Bem:	JI Juncal	3.662,56 €
Bem:	JI Mendiga	3.530,33 €
Bem:	JI Mira de Aire nº1	1.509,78 €
Bem:	JI Mira de Aire nº2	865,29 €
Bem:	JI Pedreiras	2.001,41 €
Bem:	JI Porto de Mós	4.175,27 €
Bem:	JI São Bento (Polo)	3.465,02 €
Bem:	JI São Jorge	8.167,46 €
Bem:	JI Serro Ventoso	844,97 €
Bem:	JI Tojal	345,20 €
Bem:	JI Tremoceira	3.482,49 €
Bem:	EB1 Alqueidão da Serra	7.776,26 €
Bem:	EB1 Alvados	1.677,34 €
Bem:	EB1 Arrimal	5.570,51 €
Bem:	EB1 Calvaria de Cima	5.645,29 €
Bem:	EB1 Casais Garridos	3.255,87 €
Bem:	EB1 Corredoura	6.993,52 €
Bem:	EB1 Cruz da Léguas	1.782,51 €
Bem:	EB1 Cumeira de Cima	6.276,36 €
Bem:	EB1 Fonte Oleiro	3.812,04 €
Bem:	EB1 Juncal	10.307,87 €
Bem:	EB1 Mendiga	7.494,07 €
Bem:	EB1 Mira de Aire nº1	6.353,29 €
Bem:	EB1 Mira de Aire nº2	8.211,96 €
Bem:	EB1 Pedreiras	3.794,63 €
Bem:	EB1 Porto de Mós	15.555,02 €
Bem:	EB1 São Bento (Polo)	5.847,21 €
Bem:	EB1 São Jorge	9.682,31 €
Bem:	EB1 Serro Ventoso	10.218,46 €
Bem:	EB1 Tojal de Cima	3.632,33 €
Bem:	EB1 Tremoceira	893,71 €
Bem:	Centro Escolar das Pedreiras	22.114,96 €
Bem:	Escola Preparatória da Corredoura	613,94 €
Bem:	EB2 Luciano Justo Ramos	9.384,83 €
Bem:	Sala Nova EB1 Calvaria	9.429,26 €
Serviço:	Educação	32.139,09 €
(1) Custos diretos de bens e serviços - Total		250.287,73 €
(2) Custos Indiretos de bens e serviços		1.557.449,65 €
Total (1) + (2)		1.807.737,38 €

• **Função: 212 Serviços Auxiliares de Ensino**

Função: 212 Serviços Auxiliares de Ensino		
Custos diretos de bens e serviços		Valor ano 2013
Bem:	Cantina Alqueidão da Serra	2.318,86 €
Bem:	Cantina Mira de Aire	2.018,49 €
Bem:	Sala Refeições Alvados (JI+EB1)	4,80 €
Bem:	Sala Refeições Arrimal (JI)	404,12 €
Bem:	Sala Refeições Arrimal (EB1)	491,93 €
Bem:	Sala Refeições Calvaria de Cima (JI+EB1)	1.310,84 €
Bem:	Sala Refeições Casais Garridos (JI+EB1)	560,65 €
Bem:	Sala Refeições Corredoura (JI+EB1)	251,19 €
Bem:	Sala Refeições Cruz da Léguas (JI+EB1)	322,40 €
Bem:	Sala Refeições Cumeira de Cima (JI+EB1)	239,25 €
Bem:	Sala Refeições Fonte Oleiro (JI+EB1)	168,96 €
Bem:	Sala Refeições Juncal (JI+EB1)	1.040,29 €
Bem:	Sala Refeições Mendiga (JI)	231,19 €
Bem:	Sala Refeições Mendiga (EB1)	590,21 €
Bem:	Sala Refeições Mira de Aire nº2 (JI+EB1)	833,96 €
Bem:	Sala Refeições Pedreiras (JI+EB1)	558,56 €
Bem:	Sala Refeições Pedreiras - Salão Paroquial (EB1)	0,00 €
Bem:	Sala Refeições Porto de Mós (EB1)	1.584,96 €
Bem:	Sala Refeições São Bento (JI+EB1)	600,27 €
Bem:	Sala Refeições São Jorge (JI+EB1)	672,15 €
Bem:	Sala Refeições Serro Ventoso (JI+EB1)	982,65 €
Bem:	Sala Refeições Tojal de Cima (JI+EB1)	798,16 €
Bem:	Sala Refeições Tremoceira (JI+EB1)	238,66 €
Serviço:	Refeições Escolares	425.761,53 €
Serviço:	Transportes Escolares	366.945,19 €
Serviço:	Prolongamentos Escolares	65.483,34 €
Serviço:	Actividades Extracurriculares	131.430,00 €
Serviço:	Cantina escolar Alqueidão da Serra	14.476,58 €
Serviço:	Cantina Escolar Mira de Aire	42.751,19 €
Serviço:	Semana Educação	10.100,88 €
(1) Custos diretos de bens e serviços - Total		1.073.171,26 €
(2) Custos Indiretos de bens e serviços		0,00 €
Total (1) + (2)		1.073.171,26 €

• **Função: 220 Saúde**

Função: 220 Saúde		
Custos diretos de bens e serviços		Valor ano 2013
Bem:	Extensão Saúde Juncal	4.054,79 €
(1) Custos diretos de bens e serviços - Total		4.054,79 €
(2) Custos Indiretos de bens e serviços		16.447,04 €
Total (1) + (2)		20.501,83 €




• **Função: 232 Acção Social**

Função: 232 Acção Social		
Custos directos de bens e serviços		Valor ano 2013
Bem:	Espaço Social	3.796,94 €
Bem:	Edifício do CPCJ (Parque Verde)	1.331,83 €
Serviço:	Acção Social	8.447,27 €
Serviço:	Dia do idoso	4.609,28 €
Serviço:	Desporto para idosos	1.543,95 €
Serviço:	Outros eventos com idosos	0,00 €
(1) Custos directos de bens e serviços - Total		19.729,27 €
(2) Custos Indirectos de bens e serviços		134.493,63 €
Total (1) + (2)		154.222,90 €

• **Função: 242 Ordenamento do Território**

Função: 242 Ordenamento do Território		
Custos directos de bens e serviços		Valor ano 2013
Serviço:	Manutenção de passeios e arruamentos	113.453,00 €
(1) Custos directos de bens e serviços - Total		113.453,00 €
(2) Custos Indirectos de bens e serviços		98.504,81 €
Total (1) + (2)		211.957,81 €

• **Função: 243 Saneamento**

Função: 243 Saneamento		
Custos directos de bens e serviços		Valor ano 2013
Bem:	EEAR I Alqueidão da Serra	692,49 €
Bem:	EEAR III Alqueidão da Serra	967,96 €
Bem:	EEAR I Calvaria de Cima	834,83 €
Bem:	EEAR II Calvaria de Cima	852,62 €
Bem:	EEAR rua Vale de Deus (Juncal)	423,59 €
Bem:	EEAR Urbanização rua do Poço (Porto de Mós)	1.232,22 €
Bem:	EEAR Parque Industrial (Porto de Mós)	384,40 €
Bem:	EEAR rua da Vaqueira (Juncal)	2.482,79 €
Serviço:	Saneamento	593.530,42 €
Serviço:	Ramais de saneamento	14.190,80 €
(1) Custos directos de bens e serviços - Total		615.592,12 €
(2) Custos Indirectos de bens e serviços		211.014,15 €
Total (1) + (2)		826.606,27 €

• **Função: 244 Abastecimento de Água**

Função: 244 Abastecimento de água		
Custos diretos de bens e serviços		Valor ano 2013
Bem:	Poço Fonte do Alqueidão da Serra	5.551,90 €
Bem:	Furo Chão Pardo SL3	8.081,94 €
Bem:	Furo Chão Pardo PS1	10.907,89 €
Bem:	Furo Livramento SL4	3.270,55 €
Bem:	Poço Mira de Aire	320,00 €
Bem:	Furo Pedreiras SL2	7.015,79 €
Bem:	Furo Calvaria de Cima LS2	5.146,73 €
Bem:	Furo São Jorge JK1	390,95 €
Bem:	Furo Vale de Água JK5	5.607,16 €
Bem:	Furo Casais de Matos LS1	378,48 €
Bem:	Furo Catadouro (Porto de Mós)	4.194,06 €
Bem:	Furo Fontes Vais (São Jorge)	5.352,57 €
Bem:	Furo Casais de Matos JK3	320,00 €
Bem:	Furo Casais de Matos SL1	824,65 €
Bem:	Poço Olho de Água P2 (Ribeira de Cima)	202,97 €
Bem:	Furo dos Pragais LS3	5.586,01 €
Bem:	Central Águas Perrulhal (Alqueidão da Serra)	19.533,57 €
Bem:	Reservatório R171 (Alqueidão da Serra)	2.057,20 €
Bem:	Reservatório R172 (Alqueidão da Serra)	40,00 €
Bem:	Reservatório R237 (Chão Pardo)	29.175,17 €
Bem:	Reservatório R55 (Juncal)	1.670,21 €
Bem:	Reservatório Serração (Juncal)	40,00 €
Bem:	Reservatório R45 (Pedreiras)	83,75 €
Bem:	Reservatório R102 (Livramento)	0,00 €
Bem:	Reservatório R111 (Mendigos)	456,14 €
Bem:	Reservatório R90 (Pedreiras)	121,37 €
Bem:	Central Águas Casais de Matos	35.042,31 €
Bem:	Central Águas Fonte dos Vais R1	63.079,78 €
Bem:	Reservatório São Jorge	314,11 €
Bem:	Reservatório Corredoura R80	1.168,66 €
Bem:	Reservatório Pinhal Verde R57	300,48 €
Bem:	Reservatório São Miguel R98	4.471,12 €
Bem:	Reservatório Moinhos R98A	40,00 €
Bem:	Reservatório R Campolide (Porto de Mós)	8.484,84 €
Bem:	Reservatório Portela R94 (Porto de Mós)	40,00 €
Bem:	Central Águas dos Pragais	60.451,27 €
Bem:	Reservatório Pragais R2	148,23 €
Bem:	Central Águas de Serro Ventoso R3	7.240,52 €
Bem:	Reservatório R20 (Bezerra)	380,00 €
Bem:	Reservatório Portela de Vale de Espinho	106,26 €
Bem:	Reservatório Marinha da Mendiga R7	52,33 €
Bem:	Reservatório R9 (Mendiga)	408,93 €
Bem:	Reservatório R11 (Cabeça Veada)	63,88 €
Bem:	Reservatório R13 (Arrabal)	2.589,43 €
Bem:	Reservatório R14 (Arrimal)	117,21 €
Bem:	Reservatório R21 (Cabeço Gordo)	80,00 €
Bem:	Reservatório R23 (Codaçal)	87,16 €
Bem:	Reservatório R27 (São Bento)	556,64 €
Bem:	Reservatório Curraleira R37	47,16 €
Bem:	Reservatório R202 (Covão da Carvalha)	4.589,26 €

Bem:	Reservatório Casal Duro R199	60,14 €
Bem:	Reservatório dos Bouceiros R183	454,95 €
Bem:	Reservatório Alvados R204	54,33 €
Bem:	Reservatório Alcária R204A	56,59 €
Bem:	Reservatório Alto de Alvados	2.923,40 €
Bem:	Reservatório Pedra do Altar	35,00 €
Bem:	Central Águas Mira de Aire	63.421,23 €
Bem:	Reservatório junto Preparatória (zona alta)	73.073,68 €
Bem:	Reservatório Grutas	345,92 €
Bem:	Reservatório Mário Xavier	3.406,83 €
Bem:	Reservatório R6 (Mira de Aire)	1.371,94 €
Bem:	Reservatório Moinhos Velhos I	60.767,10 €
Bem:	Reservatório Moinhos Velhos II	1.475,12 €
Bem:	EEA Mendiga (Buster)	1.159,60 €
Serviço:	Abastecimento água	494.900,19 €
Serviço:	Ramais de água	44.774,59 €
(1) Custos diretos de bens e serviços - Total		1.054.469,25 €
(2) Custos Indiretos de bens e serviços		329.414,07 €
Total (1) + (2)		1.383.883,32 €

O serviço de abastecimento de água abrange os custos com manutenção dos veículos usados pelos leitores/cobradores, colocação/reparação de contadores, custo com manutenção de condutas, análises da água, compra de água a outras entidades e encargos de cobrança da receita.

• **Função: 245 Resíduos Sólidos**

Função: 245 Resíduos Sólidos		
Custos diretos de bens e serviços		Valor ano 2013
Serviço:	Resíduos sólidos	834.847,80 €
(1) Custos diretos de bens e serviços - Total		834.847,80 €
(2) Custos Indiretos de bens e serviços		15.529,92 €
Total (1) + (2)		850.377,72 €

O Serviço Resíduos Sólidos abrange os custos com a recolha e tratamento de resíduos sólidos e também os custos com a reciclagem.

• **Função: 246 Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza**

Função: 246 Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza		
Custos diretos de bens e serviços		Valor ano 2013
Bem:	Sanitários Públicos	748,61 €
Bem:	Parque Verde	15.257,49 €
Bem:	Jardins - Espaços Verdes	87.015,18 €
Bem:	Cemitérios	2.079,14 €
(1) Custos diretos de bens e serviços - Total		105.100,42 €
(2) Custos Indiretos de bens e serviços		264.779,63 €
Total (1) + (2)		369.880,05 €

• **Função: 251 Cultura**

Função: 251 Cultura		
Custos diretos de bens e serviços		Valor ano 2013
Bem:	Casa da Cultura	46.600,59 €
Bem:	Cine Teatro	21.698,56 €
Bem:	Castelo	18.402,78 €
Bem:	Museu	11.002,91 €
Bem:	Espaço Jovem	4.047,19 €
Bem:	Biblioteca Porto de Mós	9.831,83 €
Bem:	Biblioteca Juncal	1.184,69 €
Serviço:	Serviço biblioteca	7.084,15 €
Serviço:	Serviços/Eventos culturais	80.647,84 €
Serviço:	Festejos São Pedro	143.383,85 €
Serviço:	Festival "Vem Dançar"	4.641,50 €
Serviço:	Castelo	1.353,00 €
Serviço:	Simpósio de Escultura em Pedra	36.136,83 €
(1) Custos diretos de bens e serviços - Total		386.015,72 €
(2) Custos Indiretos de bens e serviços		408.392,45 €
Total (1) + (2)		794.408,17 €

• **Função: 252 Desporto, Recreio e Lazer**

Função: 252 Desporto, Recreio e Lazer		
Custos diretos de bens e serviços		Valor ano 2013
Bem:	Piscinas	191.053,98 €
Bem:	Pavilhão gimnodesportivo Porto de Mós	12.768,87 €
Bem:	Pavilhão gimnodesportivo Mira de Aire	17.468,99 €
Bem:	Pavilhão gimnodesportivo Juncal	9.144,63 €
Bem:	Parque Desportivo-Ténis, Sintético, Zona Envolvente	18.629,69 €
Bem:	Campo Futebol Eiras da Lagoa	29.540,08 €
Serviço:	Serviço Piscinas	2.879,98 €
Serviço:	Serviço/Eventos desportivos	20.184,17 €
Serviço:	Prova 17 km	0,00 €
Serviço:	Provas de ciclismo	6.633,48 €
(1) Custos diretos de bens e serviços - Total		308.303,87 €
(2) Custos Indiretos de bens e serviços		451.651,54 €
Total (1) + (2)		759.955,41 €

• **Função: 256 Outras Actividades Cívicas e Religiosas**

Função: 253 Outras Actividades Cívicas e Religiosas		
Custos diretos de bens e serviços		Valor ano 2013
Bem:	Casa Velório	5.150,77 €
(1) Custos diretos de bens e serviços - Total		5.150,77 €
(2) Custos Indiretos de bens e serviços		60.721,15 €
Total (1) + (2)		65.871,92 €

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Handwritten signature and initials in blue ink.

- **Função: 320 Indústria e Energia**

Função: 320 Indústria e Energia		
Custos diretos de bens e serviços		Valor ano 2013
Bem:	Parque Industrial Porto de Mós	9.239,15 €
Bem:	Parque Industrial Juncal	154,77 €
Bem:	Parque Industrial Mira de Aire	49,86 €
(1) Custos diretos de bens e serviços - Total		9.443,78 €
(2) Custos Indiretos de bens e serviços		773.151,63 €
Total (1) + (2)		782.595,41 €

- **Função: 331 Transportes Rodoviários**

Função: 331 Transportes Rodoviários		
Custos diretos de bens e serviços		Valor ano 2013
Serviço:	Manutenção de estradas	272.015,63 €
Serviço:	Serviços rodoviários	43.310,75 €
(1) Custos diretos de bens e serviços - Total		315.326,38 €
(2) Custos Indiretos de bens e serviços		1.283.189,01 €
Total (1) + (2)		1.598.515,39 €

Nos serviços rodoviários são imputados os custos com a manutenção de semáforos e colocação de sinais.

- **Função: 341 Mercados e Feiras**

Função: 341 Mercados e Feiras		
Custos diretos de bens e serviços		Valor ano 2013
Bem:	Mercado Porto de Mós	17.763,04 €
Bem:	Mercado Mira de Aire	2.168,71 €
Serviço:	Mercados e feiras	2.599,73 €
(1) Custos diretos de bens e serviços - Total		22.531,48 €
(2) Custos Indiretos de bens e serviços		669,83 €
Total (1) + (2)		23.201,31 €

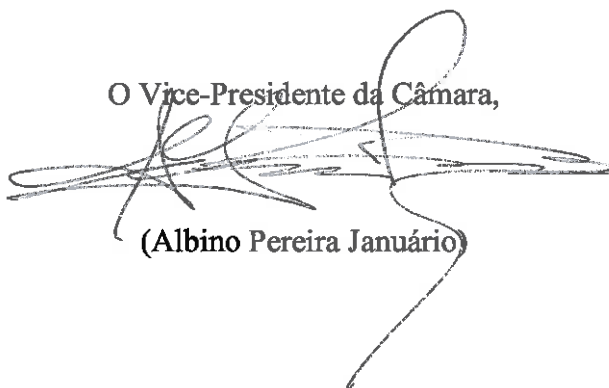
11 – Proposta de Aplicação de Resultados

O Resultado Líquido apurado no Exercício do ano 2013 foi de 4.089.581,28 €.
Nos termos do disposto no ponto 2.7.3. do POCAL, propõe-se:

- Que 5% desse montante seja transferido para a conta de “Reservas Legais”;
- Que o valor remanescente seja transferido para a conta de “Resultados Transitados”.

Porto de Mós, 17 de março de 2014.

O Vice-Presidente da Câmara,



(Albino Pereira Januário)

CT-7 AF     


 53

IV - MAPAS ANEXOS AO RELATÓRIO DE GESTÃO

- Ativo Bruto
- Amortizações e Provisões
- Ativo Imobilizado – Bens Móveis agrupados por Grupos Homogéneos
- Bens Imóveis (terrenos, edifícios e outras construções) e Viaturas desagregados elemento a elemento
- Lista de Bens Abatidos ao Inventário
- Lista dos Bens não incluídos no Inventário por não estarem devidamente registados
- Relação de Bens Sem Valor
- Contas de Ordem
- Desdobramento das contas de Provisões Acumuladas
- Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas
- Demonstração de Resultados Financeiros
- Demonstração de Resultados Extraordinários
- Tabela de Bens para o Ano Económico de 2013
- Tabela de Serviços para o Ano Económico de 2013
- Plano de Classificações Funcional